



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**LARYSSA LOUZADA DE ASSIS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A INTER-RELAÇÃO ENTRE A  
DOMINAÇÃO DAS MULHERES E DA NATUREZA**

**FURG**  
**RIO GRANDE – RS**

**2023**

**LARYSSA LOUZADA DE ASSIS**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A INTER-RELAÇÃO ENTRE A  
DOMINAÇÃO DAS MULHERES E DA NATUREZA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Ambiental do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

**Linha de pesquisa:** Fundamentos de Educação Ambiental.

**Orientadora:** Profa. Dra. Simone Grohs Freire

**Coorientadora:** Profa. Dra. Tamires Lopes Podewils

FURG

Rio Grande – RS

2023

## Ficha Catalográfica

A848e Assis, Laryssa Louzada de.

Educação Ambiental Crítica e a inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza / Laryssa Louzada de Assis. – 2023.  
91 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2023.

Orientadora: Dra. Simone Grohs Freire.

Coorientadora: Dra. Tamires Lopes Podewil.

1. Educação Ambiental Crítica 2. Fundamentos de Educação Ambiental 3. Feminismos Críticos 4. Marxismo 5. Mulheres 6. Natureza I. Freire, Simone Grohs II. Podewil, Tamires Lopes III. Título.

CDU 504:37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
COORD CUR DE PG EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



MEMORANDO Nº 135, DE 17 DE JULHO DE 2023

## Laryssa Louzada de Assis

*"EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A INTER-RELAÇÃO ENTRE A  
DOMINAÇÃO DAS MULHERES E DA NATUREZA "*

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Documento assinado digitalmente  
SIMONE GROHS FREIRE  
Data: 24/07/2023 14:04:33-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Simone Grohs Freire  
(PPGEA/FURG)



Documento assinado digitalmente  
TAMIRES LOPES PODEWILS  
Data: 24/07/2023 13:40:22-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Tamires Lopes Podewils  
(PPGEA/FURG)



Documento assinado digitalmente  
ALANA DAS NEVES PEDRUZZI  
Data: 24/07/2023 13:50:12-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Alana das Neves Pedruzzi  
(PPGEA/FURG)

Prof.ª Dr.ª Solana González

(Maestría en Educación y Extensión Rural, coordinada por el Departamento de Ciencias Sociales de la Facultad de Veterinaria/Universidad de la Republica – Montevideo, Uruguay)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as mulheres inspiradoras que atravessaram a minha vida e que me motivaram a escrever esta dissertação. Primeiramente, à minha mãe que tornou esse momento possível e me presenteou com a oportunidade de buscar mais um sonho. À minha tia Rita por todo acolhimento, motivação, ajuda e carinho. À amiga Carolina, agradeço pelas diversas sessões de estudo compartilhadas e pela parceria de uma vida. Às amigas Mariana e Alice, por serem meu porto seguro e por todo apoio e compreensão. Aos amigos e colegas do GEFE, agradeço pelas tardes de estudos e por construírem coletivamente comigo os saberes expostos nesta dissertação. Às amigas Lisiana e Marta agradeço pela amizade e parceria de estudo, por terem construído o projeto do GLE - Silvia Federici comigo e pelos tantos projetos que ainda iremos realizar juntas. Às amigas Sabrina e Roberta, agradeço pelos afetos, pelas dicas e por compartilharem comigo suas trajetórias e consequentemente marcarem a minha. À minha orientadora Simone, agradeço por ter me acolhido com muito respeito, paciência e amorosidade, por ter me orientado e ajudado a construir essa dissertação e, principalmente pela professora inspiradora que é para mim. À minha coorientadora Tamires agradeço primeiramente por ter indicado a Simone e segundo por toda a trajetória de parceria e aprendizagem, por toda inspiração e apoio. Agradeço também à Alana e Tamires pelas palavras inspiradoras que encontrei em suas teses, obrigada por me apresentarem uma Educação Ambiental Crítica onde nós mulheres possamos nos reconhecer e possibilitar que minha escrita encontrasse lar na Educação Ambiental.

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema a Educação Ambiental Crítica e a inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza. Intenciona discutir a questão: “Que diálogos podem ser tecidos entre o estudo da inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza e a Educação Ambiental Crítica?”. A abordagem metodológica selecionada é o materialismo histórico (MARX, 2017) e a técnica de estudo escolhida é a Leitura Imanente (LESSA, 2014) que é uma técnica de estudo marxista que busca desvelar as conexões do texto com a totalidade da materialidade sócio-histórica. Concluiu-se que as pautas socioambientais de Educação Ambiental Crítica situam-se em um ponto de convergência entre a dominação capitalista, patriarcal e colonial. Ou seja, os diálogos tecidos entre o estudo da inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza e a Educação Ambiental Crítica, possibilitam ampliar o horizonte temporal da crítica da Educação Ambiental (PEDRUZZI, 2019).

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica. Fundamentos de Educação Ambiental. Feminismos Críticos. Marxismo. Mulheres. Natureza.

## ABSTRACT

This dissertation has as its theme Critical Environmental Education and the interrelationship between the domination of women and nature. It intends to discuss the question: “What dialogues can be woven between the study of the interrelationship between the domination of women and nature and Critical Environmental Education?”. The selected methodological approach is historical materialism (MARX, 2017) and the chosen study technique is Immanent Reading (LESSA, 2014) which is a Marxist study technique that seeks to reveal the connections of the text with the totality of socio-historical materiality . It was concluded that the socio-environmental guidelines of Critical Environmental Education are located at a point of convergence between capitalist, patriarchal and colonial domination. That is, the dialogues woven between the study of the interrelationship between the domination of women and nature and Critical Environmental Education, make it possible to expand the time horizon of the critique of Environmental Education (PEDRUZZI, 2019).

**Keywords:** Critical Environmental Education. Fundamentals of Environmental Education. Critical Feminisms. Women. Nature.

## SUMÁRIO

|                                                                                         |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Primeiras considerações.....                                                            | 8         |
| Percurso Metodológico.....                                                              | 14        |
| 1. <b>Trabalho e Reprodução Social: fundamentos de Educação Ambiental Crítica....</b>   | <b>19</b> |
| 1.1 Trabalho.....                                                                       | 19        |
| 1.2 Trabalho, Reprodução Social e Educação Ambiental Crítica.....                       | 26        |
| 2. <b>Degradação ambiental e dominação das mulheres: pautas confluentes.....</b>        | <b>41</b> |
| 2.1 Contribuições dos feminismos críticos.....                                          | 41        |
| 2.2 Cercamentos, caça às bruxas e a desigualdade social na sociedade contemporânea..... | 53        |
| 3. <b>Práxis de Educação Ambiental Crítica Feminista Marxista.....</b>                  | <b>60</b> |
| 3.1 O Grupo de Leituras Emergentes (GLE) - Silvia Federici.....                         | 60        |
| Considerações Finais.....                                                               | 79        |
| Referências.....                                                                        | 82        |
| Glossário.....                                                                          | 87        |

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Quiz interativo                                   | 67 |
| Figura 2 - Primeiro encontro do Grupo de Leituras Emergentes | 69 |

## Primeiras considerações

Durante uma tarde de estudos, na qual lia<sup>1</sup> sobre as desigualdades sociais, a degradação da natureza e a valorização do lucro acima da vida, ouvi duas crianças conversando. Talvez por ser pedagoga e muito interessada naquilo que podem me ensinar as múltiplas infâncias, fui logo envolvida pelo diálogo. Brincavam no pátio de minha casa, compartilhado com outros moradores, em um bairro periférico da cidade de Rio Grande/RS. Desde o início do período de isolamento social o pátio tem sido o mais próximo que essas crianças chegam de sair de casa visto que as escolas estavam sob modalidade de ensino remoto emergencial<sup>2</sup>. O motivo: a pandemia mundial do coronavírus. Entre anseios de liberdade e o tédio de não poder sair, faziam uma brincadeira de imaginação, um faz-de-conta de desejos que um suposto gênio realizaria.

O gênio mal chegou a entrar na brincadeira, pularam logo para os desejos. A única função dele era possibilitar o impossível, fazer com que aqueles desejos pudessem ser realizáveis, já que nada do que as crianças conheciam de real era capaz de produzir tais feitos.

O desejo contado pela criança mais velha rendeu-me dias de reflexão:

— Eu desejo que dinheiro dê em árvores!

A outra criança perguntou com estranheza: — Em árvores?

A explicação: — Sim, daí ao invés de pitanga, bergamota e maçã ia nascer dinheiro, entendeu?

A criança certamente não fazia ideia do que realmente aconteceria caso em lugar de frutos nascesse dinheiro, o que me fez refletir: O que, na realidade social daquela criança, fazia com que em uma brincadeira, na qual não há limites para a criatividade, desejasse

---

<sup>1</sup> Escrevo as primeiras considerações em primeira pessoa porque busco compartilhar com as pessoas leitoras meu ponto de vista enquanto observadora deste recorte de cotidiano. É uma escrita pessoal, pois fala da comunidade onde cresci e das pessoas que me rodeiam, por isso, não pode haver impessoalidade nesta escrita que é subjetiva e pessoal.

<sup>2</sup>O ensino remoto emergencial difere da modalidade de Educação a Distância (EAD), pois a EAD conta com recursos e uma equipe multiprofissional preparada para ofertar os conteúdos e atividades pedagógicas, por meio de diferentes mídias em plataformas on-line. Em contrapartida, para esses autores, o intuito do ensino remoto não é estruturar um ecossistema educacional robusto, mas ofertar acesso temporário aos conteúdos curriculares que seriam desenvolvidos presencialmente. Assim, em decorrência da pandemia, o ensino remoto emergencial tornou-se a principal alternativa de instituições educacionais de todos os níveis de ensino, caracterizando-se como uma mudança temporária em circunstâncias de crise (RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020).

dinheiro? O que fazia um desejo de adulto no lugar de um dragão que cospe fogo, de um super poder de invisibilidade ou de um cachorro que sabe falar e fazer a lição de casa?

Que elementos do cotidiano dela, fazem com que, em um universo infantil, o dinheiro nascendo de uma árvore seja mais interessante que frutas coloridas e gostosas? O que aquele dinheiro desejado representa? Brinquedos que não pode ter? Coisas que não pode fazer? Lugares que não pode conhecer? O que realmente desejava aquela criança que o dinheiro pudesse oferecer?

Sem respostas, me questiono: Quanto de desigualdade social pode haver traduzida nos desejos de uma criança? Seria esse seu maior desejo caso pertencesse a uma classe social diferente? O que seus desejos e brincadeiras revelam sobre a sociedade em que vive? Percebi nessa ingênua observação de uma brincadeira a potencialidade para a reflexão acerca de inúmeras temáticas socioambientais que envolvem a Educação, em especial, a desigualdade social que atinge grupos diversos de formas distintas, ampliada na pandemia do coronavírus, característica da sociedade de classes e pilar do sistema capitalista. Esse modo injusto de produzir e reproduzir sociedade sustenta-se na produção de mercadorias, sendo a própria classe trabalhadora transformada em mercadoria a partir dos violentos processos de expropriação e acumulação capitalista.

O valor de uma mercadoria consiste na quantidade de trabalho médio, em condições históricas dadas, necessária para a sua produção, mas é apenas em comparação com diversas outras mercadorias que este valor pode expressar-se, a partir de um equivalente universal, ou seja, outras mercadorias expressam seu próprio valor a partir do valor da equivalente, que no capitalismo é representada pelo ouro e prata, por exemplo, convertidos em dinheiro (NETTO; BRAZ, 2007).

Ou seja, o dinheiro representa uma relação mediadora, e não um fim. Provavelmente não é o desejo mais profundo de uma pessoa que sonha com uma árvore de dinheiro, mas sim a representação das mercadorias que pode comprar em uma sociedade capitalista, sejam elas brinquedos de alta qualidade, o direito de ir e vir ou o tempo e a atenção de uma pessoa querida. Em uma sociedade capitalista, o dinheiro é capaz de prover lazer, cultura, educação, tempo e disposição para nutrir relações sociais afetivas, conforto, saúde física e mental, segurança, necessidades básicas de sobrevivência, possibilidade de perseguir sonhos, mobilidade, etc. Ele compra tudo aquilo que muitos definem como necessário para uma vida feliz.

Refletindo sobre a criança e a árvore de dinheiro imaginária, retornei à leitura acerca das centenas de milhões de pessoas que sofreram desproporcionalmente durante esta

pandemia e como essas pessoas são majoritariamente propensas a viverem em países de baixa e média renda, a serem mulheres ou meninas, a pertencerem a grupos socialmente discriminados, a serem trabalhadoras informais (OXFAM, 2022).

A desigualdade ostensiva e exponenciada durante a pandemia evidencia que a crise da pandemia é, na verdade, uma crise do capitalismo, exposta na desarticulação dos mecanismos de saúde pública e de produção industrial (MASCARO, 2020). O modelo político neoliberal, que constitui uma manifestação estrutural do capital, é falho ao lidar com a crise econômica, com o desemprego em massa e com a saúde coletiva por ser apenas um sintoma de um modo de produção que possui a desigualdade como seu sustentáculo (MASCARO, 2020).

Mas qual é a relação entre este recorte do cotidiano com categorias teóricas marxistas e a Educação Ambiental Crítica? A categoria teórica marxista que mais se destaca dessa observação é o trabalho. Primeiramente, por que do trabalho, no sentido ontológico, é que surge a sociedade na qual as crianças que observei estão inseridas. Segundo, porque a região da cidade onde essas crianças residem é constituída historicamente por pessoas trabalhadoras da zona portuária e é marcada pela desigualdade intrínseca ao capitalismo patriarcal e, principalmente, pelo racismo estrutural.

É um bairro que foi originalmente construído a partir da necessidade da disposição de forças produtivas ao seu redor, majoritariamente por ocupações, que até hoje ainda não foram completamente regularizadas. É também um bairro marcado pelo cotidiano de residentes que tiveram seus lares destruídos em prol de projetos desenvolvimentistas, sendo realocados em moradias populares que não atendem suas necessidades sociais, econômicas e culturais, por exemplo. Ou seja, é possível compreender categorias marxistas a partir da materialidade histórica da vida dessas crianças apenas pelo local onde residem, o que já revela a que classe social possam pertencer, à classe trabalhadora.

A classe trabalhadora, na sociedade capitalista, tem sua vida delimitada pelo salário, muitas vezes apenas por um salário mínimo, quando não pela incerteza de rendas variáveis provenientes de trabalhos informais. Pois, se são as crianças filhas da classe trabalhadora, podemos entender que seus sonhos estão também, no momento, limitados aos salários de seus responsáveis, ou de apenas um deles, visto que no contexto pandêmico elas não podem ir à escola. Ou seja, há um trabalho reprodutivo de cuidado e educação sendo realizado com essas crianças, que estão sendo formadas, tanto nas escolas quanto nos lares, para serem futuras (os) trabalhadoras(es). É possível, por exemplo, que esse trabalho esteja sendo realizado por mulheres, sejam elas mães, avós, familiares não remuneradas ou sejam elas trabalhadoras informais.

A vida dessas crianças é atravessada por essa categoria de forma que ela atua diretamente sobre seus sonhos e vontades, inclusive, sobre o que de fato poderia representar uma árvore de dinheiro em seus imaginários. Talvez até ampliar as possibilidades de realizar sonhos incondizentes com o salário de seus responsáveis? Mesmo que as crianças ainda não percebam, há uma relação intrínseca entre seu cotidiano e a categoria marxista trabalho. Isso porque ela tem existência real histórica-concreta no modo de existência dos seres sociais que operam diretamente na vida em sociedade, independentemente do conhecimento que as pessoas tenham a seu respeito, através das funções na vida social que elas desempenham (NETTO; BRAZ, 2007).

Essa é uma das milhares de formas pela qual a vida cotidiana da classe trabalhadora está diretamente relacionada com categorias críticas da economia política analisadas profundamente por Marx. Os avanços decorridos dos estudos de suas obras por feministas marxistas possibilitam inclusive, revelar o trabalho invisibilizado e muitas vezes não assalariado das mulheres, responsabilizadas pela reprodução da classe trabalhadora.

Nesse recorte do cotidiano podemos observar que a vida em sociedade é marcada pela transformação da natureza, pelo trabalho, e pelas relações de poder que o situam neste determinado tempo histórico, ou seja, pela forma como a sociedade capitalista produz e reproduz a sociedade. A Educação Ambiental Crítica busca revelar e contrapor os processos de dominação aos quais os seres sociais estão submetidos, aí reside a necessidade da área em analisar os sistemas coercitivos e exploradores contidos nos cotidianos dos seres sociais. Não apenas de determinados indivíduos, mas da totalidade da sociedade.

Com a desigualdade social em evidência e a crise ambiental em mente é que, por meio deste estudo, busco respostas às perguntas mencionadas anteriormente bem como a muitas outras que surgiram ao longo do caminho. As primeiras leituras me levaram a compreender o elo ineliminável entre a destruição do planeta e a desigualdade social que pauta a vida e o bem estar (ou a falta de) de determinados grupos sociais, especialmente, as mulheres. O fim, tão esperado, de um período de morte e desespero, como a pandemia, resultará em uma sociedade com inúmeras sequelas, já adoecida há muitos séculos por um modo de produção parasitário que se desenvolve às custas das vidas de muitos, inclusive, do planeta (OXFAM, 2022).

Portanto, trago neste estudo os fundamentos teóricos daquilo que me constitui: os estudos feministas marxistas. É a partir da desigualdade social que vivo, principalmente como mulher e como trabalhadora, que busco através desse projeto estudos mais profundos acerca das mulheres, da natureza, do trabalho e, inevitavelmente, da reprodução da sociedade. Busco a partir do aporte teórico do Feminismo Marxista, de outros feminismos críticos e da

Educação Ambiental Crítica reunir o que há de comum entre a dominação das mulheres, a destruição da natureza e tudo aquilo que nos conecta às demais desigualdades sociais derivadas da exploração capitalista.

Conforme Trein (2012), a Educação Ambiental Crítica é uma perspectiva teórica que que tem como proposição urgente uma reestruturação radical nos modos de produzir e reproduzir a vida, ou seja, negar o instituído não é o suficiente, é necessária uma mudança radical, é necessário o anúncio de uma outra direção a ser tomada. Por vezes, a segurança daquilo que já é conhecido esmorece o ímpeto das ações transformadoras, contudo, esse estudo não é subsidiado em aportes teóricos que sustentem posturas reformistas e pragmáticas que contribuam com a manutenção da forma de organização social atualmente naturalizada. “Se vivemos em condições de exploração e alienação tanto da natureza quanto dos seres humanos, como forma necessária de reprodução do capital, se faz necessário para a superação destas uma ação consistente dos sujeitos” (TREIN, 2012, p. 300).

O trabalho é o meio pelo qual transformamos a natureza e o ambiente do qual fazemos parte, assim como as relações sociais e a nós mesmos. Marx (2004) explica que o que acontece com o trabalho na sociedade capitalista é que a classe trabalhadora passa a se relacionar com o produto de seu trabalho como um objeto estranho do qual, na maioria das vezes, não usufrui. Para compreender o conceito de estranhamento do trabalho podemos questionar, por exemplo: Quantas pessoas da classe trabalhadora da indústria automotiva podem utilizar automóveis para deslocar-se no seu cotidiano? Quantas pessoas da classe trabalhadora da indústria de climatização possuem ar condicionado em suas residências? Quantas pessoas da classe trabalhadora da indústria energética usufruem diretamente das formas alternativas de geração de energia que produzem?

É questionando a materialidade da vida cotidiana da classe trabalhadora que podemos compreender que o estranhamento reside no fato cruel de que as pessoas podem passar a vida inteira, sem descanso, trabalhando e produzindo algo que, para elas, será um objeto estranho que não poderão ter. Podem passar a vida inteira dedicando seu tempo, esforço, lazer, saúde física, saúde mental, relações interpessoais, seus sonhos e sua liberdade produzindo milhares de mercadorias para outras pessoas usufruírem de forma que suas vidas não mais lhe pertençam pois estão investidas no objeto, que as possui, e quanto mais a classe trabalhadora produz, menos possui.

A exteriorização (*Entäußerung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma

existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Match*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2004, p.81).

As questões que afetam o mundo do trabalho e o ambiente em que vivemos possuem estreita ligação entre si e com os processos históricos de dominação da natureza e das mulheres. A Educação Ambiental Crítica tem por característica marcante a discussão da contraposição da omissão dos processos de desigualdade social, e por isso, para que o faça é necessário, de tempos em tempos, que as pessoas pesquisadoras(es) do campo também o reavaliem e questionem se sua teoria e práxis<sup>3</sup> é representativa da materialidade histórica dos cotidianos da classe trabalhadora enquanto totalidade, problematizando as contradições das relações de poder instituídas, assim como fazem os movimentos feministas críticos, que compreendem a dominação das mulheres e da natureza como consequências do mesmo sistema. Tanto as pautas feministas, quanto as ambientais têm um horizonte em comum como consequências do modo de produção capitalista<sup>4</sup> com a exploração como base essencial para a reprodução da sociedade.

O que a análise do entroncamento destas pautas socioambientais revela é que em comparação com a História da humanidade, a sociedade capitalista abrange um curto e recente período histórico. Ou seja, houveram distintas outras formas de produzir sociedade anteriormente, algumas nas quais mulheres e natureza possuíam representações distintas das funções impostas a ambas pelo capitalismo. De acordo com Federici (2017), durante a Idade Média, a natureza representava um universo de signos indecifráveis, como o poder medicinal das ervas, as plantas, os metais. Ademais, a terra era fonte de subsistência e de coesão social entre as mulheres que através do trabalho coletivo e do uso das terras comunais mantinham determinada independência, poder de barganha e de protesto. A classe capitalista, através de um violento processo de acumulação primitiva, expropriou-lhes as terras. Em seguida, iniciou uma guerra contra às mulheres, um ataque genocida, que levou milhares delas à tortura e à morte, condenadas por bruxaria e queimadas nas fogueiras.

---

<sup>3</sup> O termo práxis é compreendido a partir da pedagogia freireana como: [...] palavra e ação; não é o termo que assinala arbitrariamente um pensamento que, por sua vez, discorre separado da existência. É significação produzida pela práxis, palavra cuja discursividade flui da historicidade – palavra viva e dinâmica, não categoria inerte, exâmine. Palavra que diz e transforma o mundo. A palavra viva é diálogo existencial (FREIRE, 2005, p.13)

<sup>4</sup> Ao introduzir a categoria de modo de produção, Marx rompe definitivamente com o paradigma seguido pelos economistas de sua época. Se a economia política pretendia estudar como se gera a riqueza social, acreditava-se que ela deveria começar estudando o ato produtivo mais simples, o ato de trabalho. Mas o homem é um ser eminentemente histórico e social, cada totalidade produtiva situa o ato de trabalho num lugar muito determinado (NETTO; BRAZ, 2007, p.93).

Nesse contexto, tanto as mulheres quanto a natureza foram violentamente submetidas a um sistema econômico que até hoje tem como pilar a destruição da natureza e a exploração das mulheres. No intuito de sustentar a tese defendida de que as pautas socioambientais de Educação Ambiental Crítica situam-se em um ponto de convergência entre a dominação capitalista, patriarcal e colonial, este estudo intenciona discutir a questão: “Que diálogos podem ser tecidos entre o estudo da inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza e a Educação Ambiental Crítica?”.

Portanto o objetivo geral é “Tecer reflexões de Educação Ambiental Crítica a partir do estudo da inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza”. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos: i. Analisar elementos históricos, econômicos e sociais nos estudos marxistas e propor a partir destes, fundamentos de Educação Ambiental Crítica; ii. Analisar elementos históricos, econômicos e sociais a partir dos estudos feministas críticos e propor a partir destes, fundamentos de Educação Ambiental Crítica; iii. Analisar a relação entre a dominação das mulheres e da natureza; iv. Refletir sobre a práxis de Educação Ambiental Crítica.

Visando um futuro diferente do cenário de desigualdade, os movimentos sociais traduzem as demandas de transformação em exigências por meio da ação coletiva. Portanto, este estudo aborda fundamentos históricos e filosóficos determinantes na compreensão das relações entre a natureza e a sociedade e do campo da Educação Ambiental e está situado na linha de pesquisa de Fundamentos de Educação Ambiental, pois volta-se para a construção de perspectivas críticas em face da crise socioambiental.

A partir disso, busca apresentar uma concepção de Educação Ambiental que contraponha a dominação e a exploração, propondo que o entrelaçamento dos estudos marxistas e da Educação Ambiental Crítica produza formas de pensar a Educação Ambiental para a ação social coletiva. Nos próximos tópicos, serão apresentados conceitos teóricos de Educação Ambiental Crítica, do marxismo e dos feminismos críticos que, ao longo dos eixos, dialogam entre si, através da relação entre mulheres, natureza, trabalho, reprodução social e Educação Ambiental.

## **Percurso Metodológico**

De acordo com Netto e Braz (2007), é importante compreender como o trabalho e as relações sociais que dele derivam foram analisados ao longo da história. A economia política é um corpo teórico voltado para a explicação e compreensão da vida social. Inicialmente, durante o século XIX, a economia política clássica surge como uma teoria social centrada em categorias teóricas como trabalho, valor e dinheiro, por exemplo, para compreender a configuração das relações sociais resultantes da crise do feudalismo.

Ainda assim, compreendia categorias como dinheiro, capital, lucro, salário como naturalmente instituídas, especialmente, devido às influências da teoria política liberal. O que essa influência revela é a impossibilidade de neutralidade da economia política, que neste contexto histórico, fundava-se em um construto ideológico utilizado para atender os interesses da luta burguesa contra o estado absolutista. Contudo, liberdade, igualdade e fraternidade, ideais do liberalismo defendidos pela economia clássica, não foram alcançados.

A burguesia, como classe, está condenada, quer se queira, quer não, a ser responsável por toda a barbárie da História, as torturas da Idade Média e a Inquisição, a razão de Estado e o belicismo, o racismo e o escravagismo, em suma, tudo contra o que protestou em termos inolvidáveis, no tempo em que, classe ao ataque, encarnava o progresso humano. (CÉSAIRE, 2020, p.56)

Para que a emancipação humana ocorra é necessário que todos os seres sociais tenham acesso à igualdade política, econômica e social. O resultado das lutas burguesas não culminou em justiça social para a totalidade, mas em uma nova dominação de classe: o domínio da classe burguesa, que ingressa num ciclo de decadência ideológica quando, para manter seu recentemente adquirido status de classe dominante, passa a ser então uma classe conservadora e a partir de então, a economia política clássica torna-se incompatível com seus interesses.

O que Marx propõe a partir da crítica da economia política é a elaboração de uma teoria social que dê conta do efetivo movimento da sociedade capitalista. O que ele denuncia é que a cultura ilustrada anteriormente pelos pressupostos liberais revestiam uma teoria voltada para ascensão de uma classe social sobre as demais e não a libertação da exploração da totalidade da humanidade. Embora a obra marxiana seja fundamentada na existência prévia da economia política clássica, o que ela agrega ao estudo das categorias desta teoria é uma abordagem histórica que denuncia o domínio do capital sobre as pessoas através da

exploração do trabalho sob nova perspectiva, que apresenta estas categorias como inerentes à teoria social que as conecta à materialidade histórica dos cotidianos dos seres sociais.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa de natureza teórica. A abordagem utilizada é o materialismo histórico (MARX, 2007), utilizando como técnica de estudo a Leitura Imanente (LESSA, 2014). Foram selecionadas obras marxianas, marxistas e feministas críticas que analisam a história a partir da perspectiva da dominação das mulheres e da natureza.

De acordo com Federici (2022), o materialismo histórico permite reconhecer a subordinação social como um produto histórico associado a uma organização específica do trabalho projetando categorias sociais e de gênero, e por isso, é determinante para uma perspectiva feminista pois postula que o entendimento da sociedade e da história dependem da compreensão das condições materiais de Reprodução Social. Ou seja, o ideal de comunismo defendido pelo filósofo representa algo que nenhuma feminista anticapitalista pode opor.

Lima e Mioto (2007) caracterizam o objeto de estudo da pesquisa qualitativa como histórico, pois “[...] não é apenas o pesquisador que lhe atribui sentido, mas a totalidade dos homens, na medida em que se relaciona em sociedade, e confere significados e intencionalidades a suas ações e construções teóricas” (LIMA; MIOTO, 2007, p.39). Por isso, possui consciência histórica, está localizado temporalmente e pode ser transformado.

A Leitura Imanente (LESSA, 2014), busca uma compreensão profunda do texto por meio de um conjunto de procedimentos que devem ser realizados para que seja possível desvelar as conexões do texto com a totalidade da materialidade sócio-histórica. Conforme Lessa (2014), a técnica de estudo possui quatro etapas. A primeira etapa consiste em um planejamento cuidadoso e sistemático, sem um espaço de tempo muito grande entre sessões de estudo, ou sessões muito curtas, o que pode levar a um ritmo lento e frustrante de apropriação dos conteúdos.

O rearranjo da vida cotidiana é elementar de forma que seja possível disponibilizar de 10 a 15 horas de estudo semanalmente. A segunda etapa consiste na leitura atenta de cada parágrafo dos referenciais teóricos, numerando as partes (parágrafos ou capítulos) e retirando delas a ideia central expressa de forma independente das partes anteriores ou posteriores, identificando a razão pela qual foram escritas. As partes devem ser lidas como uma unidade independente do texto e uma anotação proveniente dela deve ser feita de acordo com esse princípio para que nada de fundamental seja perdido.

É preciso estar atenta aos parágrafos dos quais as palavras são compreendidas, no entanto, não compreende-se o sentido do todo. Nesse caso, devemos transformar a dúvida

suscitada pela leitura em uma pergunta, “Algo assim: “o texto afirma  $x$  e, em seguida,  $y$ . Depois de  $y$ , afirma  $z$ . O que ele quer dizer com  $y$  nesse contexto?” (LESSA, 2014, p.69).

O objetivo desse procedimento é fazer com que a dúvida permaneça na consciência que deve voltar-se para sua solução, que por vezes pode decorrer da continuidade da leitura. Não devemos nos contentar com perguntas sem resposta e, por isso, devemos substituir, mesmo que posteriormente, todas as dúvidas por soluções encontradas durante a leitura ou fora dela. Cada parte da leitura produzirá anotações.

O terceiro passo é essencial para as próximas sessões de estudo, consiste em criar pistas que orientem a retomada eficiente do conteúdo. Para isso, é necessário transformar as anotações provenientes da leitura em um esquema com o uso de conectores entre seus elementos, de forma que visualmente seja possível uma rápida retomada. Mesmo que o esquema não seja o suficiente para lembrar, ao retornar à leitura anterior destacam-se facilmente os elementos necessários para a abstração de suas ideias fundamentais devido às anotações.

O quarto passo consiste em redigir um pequeno e resumido texto que explicita a tese postulada na obra assim como os argumentos que a sustentam. A reunião desses textos parciais gerará um texto único e coeso que expõe com precisão o conteúdo da obra, ou seja, temos o texto em nossa mão, além de um esquema geral de toda obra, o que o autor define como o resultado natural de um estudo bem-feito. Dessa forma, “[...] em poucos minutos estaremos visitando as ideias mais geniais do mais genial pensador de algum momento da humanidade, estaremos elevando nosso intelecto ao máximo que a humanidade conseguiu fazer em um dado momento histórico” (LESSA, 2014, p.70).

A pesquisa iniciou pela busca de um aprofundamento teórico nos estudos marxistas e feministas críticos para encontrar nestes elementos que auxiliassem a compreender a inter-relação entre a dominação das mulheres e a degradação da natureza. As primeiras leituras revelaram que a dominação tanto das mulheres quanto da natureza estão entroncadas na intersecção entre capitalismo, patriarcado e colonialismo, visto que sua exploração é o sustentáculo estrutural destes sistemas.

Apresento a categoria trabalho no sentido ontológico e enquanto categoria de análise da sociedade, especialmente, a sociedade capitalista. Para ampliar a discussão, discuto as contribuições de Federici (2017; 2019, 2022), que observa a exploração das mulheres e da natureza como fundamentais para a produção capitalista, através da Reprodução Social, esfera da vida social da qual a Educação Ambiental é pertencente (PODEWILS, 2019).

O texto proveniente da leitura imanente dos referenciais teóricos escolhidos constituiu a escrita inicial que compõe a grande maioria das citações indiretas. A escrita autoral é o meio pelo qual se dá o entrelaçamento desses textos, formando uma interface compartilhada de elementos teóricos em comum. Dela, evidenciaram-se os tópicos em destaque que posteriormente intitularam os capítulos propedêuticos intitulados respectivamente, “Trabalho, Reprodução Social e Educação Ambiental” e “Degradação Ambiental e dominação das mulheres: pautas confluentes”.

O capítulo três voltou-se a refletir sobre a práxis de Educação Ambiental Crítica que resulta desta fundamentação teórica, apresentando reflexões tecidas a partir da realização do Grupo de Leituras Emergentes - Silvia Federici, um curso de extensão voltado ao estudo da obra “O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação”, importante referência teórica desta dissertação. A Educação Ambiental é o elo que une esses conteúdos em um campo do saber: a Educação Ambiental Crítica. Por isso, ela está presente durante todo o texto permeando-o e tecendo diálogos possíveis.

## **1. Trabalho e Reprodução Social: fundamentos de Educação Ambiental Crítica**

O objetivo atingido por esta seção é analisar elementos históricos, econômicos e sociais nos estudos marxistas e propor a partir destes, fundamentos de Educação Ambiental Crítica. Nela, a categoria trabalho é apresentada enquanto base de toda a atividade econômica capitalista e também como fundamento antropológico das relações econômicas e sociais. Ele é analisado como um complexo social voltado diretamente a suprir a necessidade ontológica da manutenção da vida.

### **1.1 Trabalho**

Sob uma perspectiva marxiana/marxista a Educação Ambiental é compreendida como<sup>5</sup> um complexo social atravessado pelas dinâmicas e conflitos socioambientais provenientes da inter-relação entre humanidade e natureza. Esta relação de mediação que produz a sociedade contemporânea e, por isso, permeia seus conflitos, é o trabalho. O trabalho é uma categoria que tem um destaque especial neste estudo pois é a base de toda a atividade econômica capitalista, e por isso, um elemento chave para que seja possível reconhecer-se na trama das relações socioeconômicas que compõem a totalidade desta sociedade.

Ademais, é um fenômeno humano social orientador e possibilitador dos modos de ser e estar no mundo, ou seja, o processo histórico pelo qual a sociedade passou a existir como tal. Mesmo que vivêssemos outras formas de ser e produzir vida socialmente, ainda assim, o trabalho permaneceria sendo um forte marco na própria sociedade, sem o qual sua existência não seria possível. Isto porque, de acordo com Netto e Braz (2007, p.46), “toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza”; e a inter-relação pela qual essa mediação entre humanidade e natureza acontece é o trabalho.

Para ampliar a compreensão desta categoria enquanto determinante das relações sociais e, portanto, dos complexos sociais derivados destas inter-relações, buscaremos analisá-la, primeiramente, em seu sentido ontológico, para posteriormente analisarmos seu sentido (ou falta de) na sociedade capitalista em que vivemos. É no interior da análise desta categoria teórica que encontraremos as determinações constituintes do ser social e, portanto,

---

<sup>5</sup> Nos capítulos mais teóricos, volto a usar a impessoalidade na escrita por influência dos autores e por estar realizando uma análise teórica

sua compreensão faz-se necessária para analisar as questões históricas, econômicas e sociais que podem ser fundamentos de Educação Ambiental Crítica.

Conforme Netto e Braz (2017), as categorias ontológicas de análise da crítica marxiana, como o trabalho, por exemplo, mesmo quando não são conhecidas pelas pessoas enquanto conceitos teóricos, operam diretamente sobre a vida destas. Isto porque, a separação entre os agentes do trabalho e a propriedade dos meios de produção (que submete a classe trabalhadora ao trabalho assalariado) é uma condição prévia indispensável ao modo de produção capitalista que rege a sociedade e as condições de vida da classe trabalhadora. O que significa que as relações socioeconômicas capitalistas de produção implicam diretamente na produção e reprodução de relações sociais adaptáveis a este modelo societário.

Do ponto de vista da Antropologia, o que sobrepõe é a relação do homem com a natureza por meio do trabalho e a humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho. As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercurso humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral (MARX, 2017, p.49).

Consequentemente, a reprodução destas relações e sujeitos ocorrem de diversas formas e de maneira quase que imperceptível, através por exemplo da Educação Bancária<sup>6</sup> e/ou da cultura patriarcal<sup>7</sup>. As relações econômicas de compra e venda de mercadorias, por exemplo, fazem parte da vida de toda e qualquer pessoa nesta sociedade. Como pode ser percebido no relato da brincadeira entre crianças anteriormente apresentado. Mesmo que aquelas crianças não saibam, suas vidas, possibilidades e sonhos são diretamente atravessadas

---

<sup>6</sup> De acordo com Freire, os pressupostos da educação bancária se assentam na narração alienada e alienante. Ou seja, há a perspectiva de educar para a submissão, para a crença de uma realidade estática, bem-comportada, compartimentada, para a visão de um sujeito acabado, concluso. A educação bancária, nesse sentido, repercute como um anestésico, que inibe o poder de criar próprio dos educandos, camuflando qualquer possibilidade de refletir acerca das contradições e dos conflitos emergentes do cotidiano em que se insere a escola, o aluno. Na perspectiva freiriana, a educação bancária tem o propósito de manter a imersão, a reprodução da consciência ingênua, da acriticidade (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010, p. 173).

<sup>7</sup> De acordo com Saffioti (2004), no capitalismo, o patriarcado pode ser compreendido como uma organização sociopolítica que dita que o poder está nas mãos dos homens em superioridade às mulheres constituindo uma base de privilégios para a dominação masculina, que muitas vezes, é representado pela igreja através da instituição do casamento católico sendo considerado sagrado. É um regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens que se faz presente na sociedade assim como em todos os aspectos da vida das mulheres, pois contaminam toda a sociedade, assim como o direito patriarcal que perpassa o Estado. Bem como as atividades privadas ou íntimas na esfera da família e nas atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. (SAFFIOTI, 2004).

e delimitados por esta categoria. O que revela a importância de ampliar oportunidades para que essas categorias possam ser compreendidas e tomadas como formas de categorias reflexivas. A partir da transversalidade entre filosofia e outras ciências é possível promover a compreensão das categorias ontológicas marxianas enquanto categorias de reflexão filosófica da materialidade da vida cotidiana.

Lukács (2013) explica que existem três esferas ontológicas distintas: esfera inorgânica, esfera orgânica e esfera social, que são articuladas por necessidade ontológica e portanto, insuprimíveis. Se observarmos o desenvolvimento do universo, podemos concluir que iniciou-se com o surgimento da matéria inorgânica, que pode ser exemplificada por elétrons, prótons ou elementos da tabela periódica. A partir do desenvolvimento da matéria inorgânica surge a vida (esfera orgânica) e a partir dela, desenvolve-se o ser social.

A esfera inorgânica é uma esfera independente pois sua existência não está subordinada à existência das demais esferas, mas a esfera orgânica, ou seja, a vida, está subordinada à existência da esfera anterior. No caso do ser social, sua existência está subordinada às duas esferas anteriores, orgânica e inorgânica, sem as quais sua existência não seria possível. Sem matéria inorgânica não há vida, sem natureza não há ser social.

Neste sentido, a totalidade é formada pelo todo, pelas partes e pelas interações entre as partes, o que atribui à totalidade qualidades que não estão presentes nas partes. Por exemplo, na esfera inorgânica, o hidrogênio e o oxigênio são gases que têm propriedades individuais enquanto parte, contudo, a partir de ligações químicas entre eles forma-se a molécula da água. A totalidade formada pelo hidrogênio e oxigênio na molécula da água possui propriedades diferentes das presentes em suas singularidades. Considerando as inúmeras possibilidades de ligações entre elementos, percebe-se que os fenômenos químicos e físicos tornam-se cada vez mais complexos, formando totalidades múltiplas e distintas, embora ainda sejam apenas processos químicos e físicos. Toda vez que esses fenômenos acontecem, geram algo diferente do que existia anteriormente.

Com o surgimento da vida, há uma propriedade nova: a esfera orgânica gera mais do mesmo, a reprodução biológica da planta gera outra planta e a do animal gera outro animal. A totalidade desse processo gera componentes não presentes na esfera inorgânica, a reprodução biológica. Essa nova essência gera um processo histórico com leis e transformações próprias, como a seleção natural, gerando uma nova essência, ou uma nova totalidade. Quando essa nova totalidade surge, ocorre o que Lukács chama de salto ontológico, uma negação da esfera ontológica anterior: “A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo,

da nova forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 36). Logo, o salto não é gradativo por não possuir camadas intermediárias.

Assim, a matéria inorgânica articulada em uma totalidade produz a vida que engendra o processo de desenvolvimento dos seres vivos no planeta terra. Sem o desenvolvimento da esfera inorgânica não há elementos imprescindíveis à vida biológica, que acontece a partir do surgimento de propriedades ontológicas novas, ainda que na reprodução biológica sigam ocorrendo os processos químicos e físicos da matéria inorgânica. O salto ontológico subsequente a este é o que leva a esfera orgânica da vida a engendrar o surgimento da esfera social, o que ocorre através do trabalho. Ao trabalho é atribuído o surgimento da humanidade enquanto sociedade, porque, ao modificar a natureza, seres orgânicos passam também a transformar profundamente a si mesmos e o seu modo de ser e estar no mundo.

Isto porque, a partir do produto do trabalho, é possível, por exemplo, produzir alimentos em grande escala, gerando então um excedente, que supre não somente as necessidades básicas imediatas de alimentação de um agrupamento, por exemplo, mas também assegura um número maior de refeições do que anteriormente para seus membros e pode inclusive permitir uma nova forma de vida na qual não seja necessário deslocar-se de tempos em tempo em busca do suprimento de necessidades de sobrevivência. Este excedente faz com que tarefas árduas e demoradas sejam reduzidas e facilitadas de forma que então seja necessário aplicar uma menor quantidade de tempo e esforço para o cultivo de alimentos. O que produz novas formas de ser e estar no mundo, pois, a partir do trabalho tornam-se não apenas seres biológicos da esfera orgânica mas também seres sociais, ou seja, suas vidas passam a ser determinadas não apenas por fatores biológicos, mas também sociais.

É nesse sentido que Lukács (2013) atribui ao trabalho o caráter de categoria fundante do ser social. O trabalho possibilita que seres biológicos não tenham seus cotidianos orientados pela satisfação de necessidades básicas, por exemplo. É ele também que possibilita o surgimento de novos complexos sociais. Ele é considerado pelo filósofo como precedente ontológico originário, ou seja, sua existência precede a de qualquer outra categoria social. É a partir dele que outros complexos sociais, como o da Educação Ambiental, por exemplo, se estruturam, e, por isso, esta categoria teórica deve ser considerada como um importante fundamento filosófico indispensável à reflexão crítica proposta pela Educação Ambiental.

Nessa esfera ontológica surgem novas qualidades como a organização coletiva e a capacidade de transformar a natureza de uma forma diferenciada a partir de processos de prévia ideação – de planejamento. A partir dela, todas as relações humanas se transformam e o conjunto dessas relações do ser social com a natureza assume novas qualidades.

Anteriormente a transformação da natureza se dava de uma forma puramente biológica, reproduzindo o mesmo, contudo, a partir do salto ontológico, surge a possibilidade de produzir permanentemente o novo, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e sensibilidades que a esfera orgânica não possuía anteriormente. Passa a existir uma singularidade do ser social, que além de transformar as objetividades da natureza passa a produzir também novas subjetividades.

A individualidade do ser social faz escolhas influenciadas por valores e vontades distintas da singularidade biológica. Surge então um processo histórico único que é composto de duas histórias, a história de como os indivíduos se desenvolvem e a história de como a humanidade como um todo se desenvolve. A história da sociedade e dos indivíduos possui uma nova essência, distinta frente à história dos seres inorgânicos e orgânicos, porém ainda dependente daqueles. Para o ser social, o salto define-se por uma inconstância com a esfera da natureza através da qual ele se constitui e se aperfeiçoa afastando-se, daquilo que Marx (2007) chamou de barreiras naturais, visto que não há relação social se não houver vida. A partir desse salto, a existência desse ser deixa de ser determinada por aspectos exclusivamente biológicos e passa a ser determinada por aspectos sociais.

Para que seja possível compreender a relação entre natureza e trabalho, é preciso elucidar a diferenciação entre teleologia e causalidade. A causalidade pode ser definida como uma consequência natural de um determinado fenômeno, que não visa uma finalidade nem se dá a partir de uma consciência, mas que está posta na natureza. Como, por exemplo, o apodrecimento da madeira, que ocorre de forma natural e não planejada, sem que sejam premeditados os meios para que tal fato ocorra e sem a interferência de outro ser social (LUKÁCS, 2013).

Em contraponto, para o ser social, há um conjunto de ideias que dirigem sua ação a um determinado fim previamente estabelecido. Essa atividade consciente, dotada de objetivos, que orienta a ação humana e portanto, determina o comportamento, chama-se teleologia. Embora a deterioração da madeira seja uma causalidade dada, ou seja, uma consequência natural de um determinado fenômeno, o ser humano pode se utilizar do conhecimento do funcionamento desse material e produzir objetos a partir da constituição dele em favor de uma ideia ou finalidade.

Enquanto causalidade dada é o que ocorre a partir dos elementos da natureza em uma relação de causa e efeito, a teleologia é uma causalidade com finalidade posta, realizada pela capacidade humana de transformar a realidade segundo uma intenção previamente estabelecida pelo indivíduo. Ela é inerente ao trabalho, ou seja, a capacidade humana de

transformar a natureza é a capacidade de agir teleologicamente para produzir causalidades postas.

Há uma contínua relação concorrencial e uma insolúvel antinomia entre causalidade e teleologia, visto que todo processo teleológico implica o pôr de um fim e necessariamente uma consciência que põe fim. Quando a teleologia é transformada em uma categoria cosmológica universal, e não como própria do trabalho e das relações humanas com a natureza, dizemos que o universo tem um sentido, uma finalidade, postos por uma consciência externa ao universo e à história (LUKÁCS, 2013). Entende-se, nesse caso, que o destino da humanidade se dá independentemente de sua própria escolha, consequentemente outro ser seria responsável pelos pores do fim de seu destino, contudo: “O ser é fruto da sua existência histórica, de suas múltiplas conexões com o real, diverso de qualquer categorização elaborada previamente” (PODEWILS, 2019, p.27).

De acordo com Lukács (2013) o marxismo e a ontologia materialista rejeitam quaisquer compreensões provenientes de uma filosofia idealista, onde a essência antecede a matéria, de que a teleologia possua uma finalidade colocada por uma consciência extramundana, ou seja, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade que estão voltados para um objetivo, mas, também que sua existência e seu movimento no conjunto dos detalhes deve ter um autor consciente.

A visão materialista entende que, de acordo com a processualidade histórica contemporânea, até então, os únicos seres capazes de agir por intenção e por finalidade previamente estabelecida são os seres humanos. A natureza age de acordo com sua própria causalidade dada - intrínseca e imanente e a consciência é um produto tardio do desenvolvimento humano. Nesse sentido, o trabalho em sentido ontológico é exclusivamente humano, embora aranhas possam executar operações semelhantes às de um tecelão e abelhas possam construir uma colmeia com ações semelhantes às de um arquiteto. Contudo, a distinção entre a abelha e o arquiteto é o pôr teleológico do trabalho, que faz com que o projeto arquitetônico passe a ser previamente idealizado antes mesmo de ser construído.

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2017, p. 255-256).

Logo, conclui-se que a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tem o seu ponto de partida num ato de consciência, tornando-se uma causalidade posta. E a teleologia é uma categoria irrevogavelmente social constituinte do processo do trabalho. Este, por sua vez, transforma o ser humano em ser social (LUKÁCS, 2013).

A consciência humana, a partir do trabalho como um pôr teleológico, deixa de ser um epifenômeno, ou seja, não permanece limitada ao quadro da reprodução biológica. “Na natureza, a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico” (LUKÁCS, 2013, p.48). É no trabalho e no pôr teleológico do fim de seus meios, a partir de atos dirigidos, que a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente e, portanto, esse caráter não mais epifenomênico da consciência só pode ser encontrado e demonstrado na práxis.

Os resultados da práxis humana no trabalho, que podem ser chamados de realizações, acabam integrando o mundo da realidade, assumindo novas formas de objetividade não derivadas da natureza por uma causalidade dada, mas por uma causalidade posta pelo direcionamento do pôr teleológico do trabalho. Por conseguinte, o ser humano em relação com a natureza, através do trabalho, produz uma nova forma de história, não determinada apenas pela esfera orgânica, mas por como ele se organiza em sociedade para assegurar a reprodução da vida dos indivíduos que a compõem. Nessa conjuntura, a história da humanidade é determinada por como as relações sociais são criadas e como estas se desenvolvem (LUKÁCS, 2013).

Em suma, a estrutura ontológica do trabalho constitui o modelo de toda atividade humana e por conseguinte, pode servir como modelo da práxis social e de seus pores sócio teleológicos, contudo, não é o único constituinte do ser social, visto que seu processo de sociabilização faz emergir novas categorias e novas relações (PODEWILS, 2019). O espelhamento do mundo externo na consciência é uma necessidade do trabalho enquanto atividade humana consciente. É a partir dele que os pores teleológicos necessários à concretude das ideias passam a ser definidos. A partir daí, cada estágio seguinte do trabalho inicial vai possibilitando uma aproximação do sujeito com a objetivação de seu pensamento em um fim.

Até então, a categoria trabalho foi analisada, em seu sentido ontológico, para compreender porque ele é considerado por Lukács (2013) como fundante do ser social, ou seja, como estrutura ontológica modelo de toda a atividade humana. Além disso, ele foi

abordado enquanto base de toda a atividade econômica capitalista. Essa categoria é, portanto, essencial para compreender a Educação Ambiental enquanto um complexo social (PODEWILS, 2019) derivado do trabalho, mas também para compreender a desigualdade e a opressão na sociedade capitalista que são pautas socioambientais de Educação Ambiental Crítica. Portanto, a próxima seção buscará expor a relação entre Trabalho, Reprodução Social e Educação Ambiental Crítica.

## 1.2 Trabalho, Reprodução Social e Educação Ambiental Crítica

Nesta seção, o objetivo atingido é analisar elementos históricos, econômicos e sociais a partir dos estudos feministas críticos e propor a partir destes, fundamentos de Educação Ambiental Crítica. Ressalta-se que a manutenção da vida é assegurada através da Reprodução da Sociedade, que está diretamente relacionada com o complexo social da Educação Ambiental, que, por sua vez, existe e resiste em um modelo societário capitalista. Por isso, problematiza a Educação Ambiental Crítica enquanto lugar de debates e produção de conhecimentos que dêem conta das problemáticas da totalidade da classe trabalhadora.

De acordo com Layrargues e Lima (2014), não é possível delimitar especificamente o momento fundacional da Educação Ambiental no Brasil, sequer o momento em que surgiram suas distintas correntes político-pedagógicas. Contudo, pode-se afirmar que é a partir dos anos 1970 que as contribuições das ciências humanas e sociais passam a incorporar conflitos de classe, modos de produção, padrões ideológicos e as relações entre Estado, sociedade e mercado nas discussões acerca da crise climática e a degradação ambiental. Até então, o debate ecológico havia sido discutido de forma despolitizada, negligenciando os aspectos políticos e sociais das mudanças climáticas.

É a partir dos anos 1990 que a Educação Ambiental passa a reconhecer seus aspectos socioeconômicos e históricos e, a partir de então, divide-se entre suas macrotendências conservadora, pragmática e crítica, deixando de ser genericamente reconhecida por sua singularidade mas por sua pluralidade de ideias, nem sempre concordantes entre si. A Educação Ambiental, portanto, não pode ser reconhecida como uma prática pedagógica monolítica, assim como há diferentes concepções de ambiente, sociedade e educação, há também diferentes concepções de Educação Ambiental.

Dentre as macrotendências da área, destacam-se três. Conservacionista, que fomentava o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, orientada para a conscientização ecológica e para a responsabilização individual, inicialmente majoritária no surgimento da Educação Ambiental mas atualmente, não tão recorrente. A Pragmática, que ainda que não nitidamente, deriva da vertente conservacionista, nutrindo-se especialmente da problemática do lixo urbano-industrial nas cidades. E a Educação Ambiental Crítica, que além de contrapor a vertente conservacionista, amplia o olhar para a degradação ambiental de forma a denunciar suas influências sociais, históricas, econômicas e políticas.

Julgavam que a opção conservadora, materializada pelas macrotendências conservacionista e pragmática, era limitada, por entender que o predomínio de práticas educativas que investiam em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, a-política, conteudística e normativa não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo-os à condição de causadores da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 28-29)

A Educação Ambiental Crítica nutre-se majoritariamente, da teoria marxiana/marxista<sup>8</sup>, do pensamento freireano, da educação popular, da teoria crítica e da ecologia política que não concebem os problemas ambientais como problemas da natureza ou causado pelos indivíduos mas com causas inerentes ao modo de produção capitalista. Tal vertente foi diretamente impulsionada pelo contexto histórico altamente politizante de redemocratização pós ditadura militar, germinador de forte viés político que contrapõe as falsas dualidades do paradigma cartesiano.

Deste cenário nasceu a Educação Ambiental Crítica, originalmente inspirada neste forte viés político que é característica das produções do campo até hoje. Para fortalecer as análises das pautas socioambientais pertinentes à Educação Ambiental Crítica, é importante analisar a categoria trabalho, especialmente na sociedade capitalista. O trabalho está voltado diretamente a suprir a necessidade ontológica da manutenção da vida que é assegurada através da Reprodução da Sociedade. Dele decorre a produção de ideias e representações que originam múltiplos espelhamentos da realidade, dentre eles: a arte, a magia/religião e a ciência, formas de produção de conhecimento “– ao menos no ocidente – as formas hegemônicas de reprodução da vida em sociedade” (PODEWILS, 2019, p. 36).

O centro da humanização que decorre do salto ontológico, é o trabalho, que surge como categoria fundante do ser social, através do qual ocorre a mediação entre ser humano e natureza. É portanto, uma relação estabelecida entre humanidade e natureza, a forma pela qual a humanidade atua sobre a natureza produzindo as condições materiais necessárias à sua sobrevivência e à vida em sociedade. A partir do trabalho, criam-se novas relações entre os indivíduos e entre a humanidade e a natureza, possibilitando produzir-se permanentemente o novo. “O ato do trabalho está imediatamente ligado à natureza, uma vez que a transforma, mas já é em si social, pois possui em si o pôr de fins consciente” (PODEWILS, 2019, p. 35)

---

<sup>8</sup> O termo marxiano refere-se estritamente àquilo que é da lavra do próprio Marx: suas obras, artigos, livros, cartas, etc de fonte originária. O termo marxismo compreende a doutrina teórica e política inspirada no pensamento de Marx e desenvolvida por outros pensadores.

Nesse sentido, a representação da realidade é apenas uma das formas de apropriar-se dela, contudo não é a realidade em si, mas uma projeção da mesma. O concreto que nesse caso seria a realidade é diferente do concreto pensado - que é abstrato - a projeção. Não obstante, é a partir dos espelhamentos da realidade que o ser social analisa o mundo e orienta tanto a reprodução da humanidade na sociedade quanto a reprodução da sociedade enquanto totalidade. O processo de reprodução do complexo total se estabelece a partir de ininterruptas interações, que ocorrem tanto no complexo total e em sua relação com os complexos parciais, quanto dos complexos parciais entre si.

A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações (LUKÁCS, 2013, p. 120).

O trabalho na sociedade capitalista é o meio pelo qual a classe trabalhadora é explorada a produzir grandes riquezas, das quais pouco pode utilizar-se. Nesse contexto socioeconômico, o trabalho assume majoritariamente a forma alienante, primeiramente, porque o proletariado não têm acesso às riquezas que produz e o trabalhador passa a ser compreendido como um custo dentro do processo produtivo, segundo, porque, a partir dessa lógica, sua relação com os resultados de seu trabalho, com as atividades que desenvolve, consigo mesmo e com os outros seres humanos modificam-se. Assim, o trabalho transfigura-se na produção desumanizadora do lucro necessária à manutenção de privilégios burgueses a partir da exploração da maioria das populações, ao invés de ser movido pelas necessidades comuns de toda a sociedade e seu bem-estar social.

Netto e Braz (2007) explicam que os elementos que constituem o processo de trabalho na sociedade capitalista são os meios de trabalho (ferramentas, instrumentos, energia, etc.), os objetos do trabalho, e aqui nos referimos aos insumos, ou seja, à natureza e por último, mas não menos importante, a força de trabalho, ou seja, energia humana. Estes três elementos constituem as forças produtivas. A força de trabalho é uma preciosa força produtiva, pois o trabalho depende de sua perícia e de suas habilidades e conhecimentos.

O que ocorre com as forças produtivas é que elas operam dentro de relações determinantes: as relações de produção. Estas relações técnicas subordinam as relações sociais de produção que, neste modelo societário, são determinadas pelo regime de propriedade privada dos meios de produção fundamentais. Quando nos referimos ao modo de

produção capitalista, estamos nos referindo à articulação entre forças produtivas e relações de produção que implicam em uma superestrutura econômica da sociedade.

Dessa forma, as possibilidades de transformação estrutural e substancial de um modo de produção como este são determinadas pela falta de correspondência entre forças produtivas e relações de produção. Contudo, no modo de produção capitalista as relações de produção acabam produzindo relações sociais polarizadas entre capitalistas e proletários.

Ao analisarmos o passado histórico da ascensão deste modo de produção, podemos perceber que de acordo com Federici (2017), todo esse processo violento de alienação do trabalho consolidou-se a partir da transição do feudalismo para o capitalismo. Transição essa que não foi produto de um processo evolutivo, mas que deu-se a partir de uma violenta expropriação de terras dos camponeses, pelos cercamentos das terras comunais e pelo genocídio de milhares de mulheres queimadas nas fogueiras durante a caça às bruxas, meio pelo qual capitalismo acumulou os corpos, a sexualidade e o trabalho servil das mulheres. O que Federici (2017) analisa com rigorosidade metódica é que a dominação das mulheres é tão elementar à acumulação primitiva quanto a colonização, a escravização, a expropriação das terras e os cercamentos dos espaços comunais.

As terras comunais, além de serem fonte de coesão social, eram também fonte de determinada independência, especialmente para as mulheres, que nelas realizavam trabalho coletivo e organizavam-se politicamente, resistindo muitas vezes às imposições que lhes eram destinadas. Eram bosques, pradarias, rios, entre outros, dos quais o campesinato se utilizava não somente para celebrações e reuniões, mas também utilizavam recursos hídricos, alimentavam seus animais nos pastos, etc. No contexto do comunismo primitivo dos vilarejos feudais, a divisão sexual do trabalho era fonte de poder para as mulheres que realizavam suas atividades coletivamente nesses espaços.

Com os cercamentos das terras, tanto a coesão social foi dispersada, quanto a subsistência de milhares de pessoas, principalmente das mulheres, foi expropriada. A partir disso, a divisão sexual do trabalho passou a segregá-las aos lares, à família, ao trabalho doméstico e a oprimi-las. O objetivo da classe capitalista era sujeitar o campesinato ao trabalho assalariado através de guerras, reformas religiosas e violência, para que esse pudesse então ser instrumento de controle do capital sobre as pessoas (FEDERICI, 2017). Enquanto, essas pessoas possuíam acesso a terras e a espaços comunais para prover sua subsistência e para organizar-se coletivamente, possuíam recursos para resistir à exploração do trabalho assalariado nas fábricas. Com esse processo violento, a industrialização capitalista e a subjugação ao trabalho assalariado tornaram-se, aos poucos, feitos generalizados.

A classe trabalhadora camponesa, por exemplo, que anteriormente trabalhava a terra, plantava e colhia os frutos de seu próprio trabalho e acompanhava toda sua produção, é submetida a outro modelo de trabalho. O trabalho integral e processual é substituído pela produção em massa onde realizam-se atividades repetitivas diariamente de forma isolada e insignificante em relação ao resultado final da linha de produção. O trabalho coletivo das mulheres nos espaços comunais através do qual reconheciam-se como coletividade e resistência é substituído por uma sobrecarga de responsabilidades educativas, domésticas, psicológicas e físicas realizadas sem remuneração e de forma isolada.

Assim, o sentido atribuído ao trabalho anteriormente voltado para sustento próprio, familiar e da comunidade e constituinte das relações sociais é expropriado, transformando o campesinato em força de trabalho disponível, desumanizado, transformado em coisa. O trabalho que era fonte de humanização, não alienado, resultava no bem-estar geral, o trabalho assalariado capitalista resulta na acumulação de grandes riquezas nas mãos de poucos e na generalização da pobreza para a maioria da população. “Ora, quando o trabalho é reduzido a um bem de troca, a uma mercadoria, bem privado, ele perde seu caráter autônomo e tudo e todos a que ele se refere são contaminados pela mercantilização e pela alienação” (TREIN, 2012, p. 297).

Marx (2004) denuncia que o modo de produção capitalista reduz a classe trabalhadora à condição de mais miserável mercadoria de forma que, ao fim de tudo, toda a sociedade decomponha-se em duas classes: a dos capitalistas proprietários e a dos trabalhadores sem propriedade. Para que essa dinâmica se sustente, ou melhor, seja sustentada, sempre haverá nela a dicotomia entre os que compram e os que são comprados e elas serão produzidas e reproduzidas a partir de relações sociais engendradas pela necessidade da manutenção do limbo que polariza a humanidade entre abastados e necessitados.

Ao analisar a filosofia marxiana, Netto e Braz (2007) explicam que há ainda uma parcela da classe trabalhadora que enfrenta a mais dura instabilidade e escassez denominada superpopulação relativa. Ela representa um contingente de pessoas desempregadas, sobrantes, que podem ser manuseadas e realocadas conforme as necessidades da acumulação capitalista, o que podemos chamar de exército industrial de reserva que não é uma causalidade mas estruturalmente produzida pela lógica capitalista.

A função capitalista do exército industrial de reserva é justamente conceder ao capitalista o poder de pressionar os salários para o nível mais inferior possível até que possa ser contratado a ínfimos custos e deslocado geograficamente para atender necessidades, inclusive, temporárias. Esse contingente de pessoas enfrenta os processos mais cruéis de

pauperização, mesmo quando suas condições de vida parecem melhorar, a pauperização ocorre através da redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, a mais valia, que, no movimento deste modo de produção é retirada de quem as produziu e utilizada para produzir mais capital monetário e produtivo.

O modo de produção capitalista circula em um movimento de rotação próprio através do qual transforma a produção de valor extraída da classe trabalhadora em capital monetário aplicado na produção de mais valia como capital produtivo, sendo lançado novamente na esfera da circulação onde reassume a forma de capital monetário. Assim, a repartição da produção de riqueza sob forma de lucro entre industriais, banqueiros e comerciantes constitui a separação do capital total em capitais específicos (industrial, bancário e comercial) de onde cada grupo de capitalistas retira, então, a sua parte da mais valia criada pela classe operária.

Até aqui, podemos perceber o processo de estranhamento do trabalho na exploração da classe trabalhadora: estranhamento do trabalho, de si e do ambiente. A natureza é a matéria na qual o trabalho é realizado ativamente de forma a produzir o novo. No modo de produção capitalista, embora a natureza seja a matéria na qual o trabalho ativo é realizado pela classe trabalhadora, ela passa a ser entendida majoritariamente como meio de subsistência física e não meio de vida. A natureza torna-se objeto e a classe trabalhadora serve deste, recebendo-o como um alvo de trabalho e como meio de subsistência para que possa existir primeiro como classe trabalhadora, segundo como pessoa. Contudo, quanto maior a apropriação do mundo externo, a natureza, em forma de matéria, maior sua privação dos meios de vida. “Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não estranhasse a si mesmo?” (MARX, 2004, p.82). O estranhamento se resume à exteriorização do trabalho, que neste contexto não pertence à classe trabalhadora, de forma que ela apenas reconheça a si fora do trabalho e o trabalho fora de si, realizando-o obrigatoriamente como auto sacrifício necessário à sobrevivência.

Como se seu trabalho não lhes pertencesse, como se sua própria vida não lhes pertencesse, assim como não lhes pertencem os meios de produção e como não se sentem, por vezes, pertencentes à natureza. A natureza é objeto e instrumento de trabalho além de meio de vida imediato da humanidade. A humanidade vive da natureza de forma que se romper com ela seu contínuo processo rompe também com suas capacidades vitais, ou seja, a vida humana está interconectada com a natureza e a natureza está interconectada consigo mesma, pois a humanidade é uma parte dela. Na conjuntura socioeconômica atual, na qual o trabalho torna-se desprovido de sentido para a vida e para as relações comunitárias, ele representa, para a classe trabalhadora, a perda de si mesma.

Na medida em que o trabalho estranhado estranha do homem a natureza e o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, ela estranha do homem o gênero humano. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (MARX, 2004, p.84).

O trabalho estranhado estranha da classe trabalhadora seus próprios corpos, assim como a natureza fora dela, tal como sua essência humana engendrando o estranhamento da humanidade pela própria humanidade, de forma que uma pessoa da classe trabalhadora considere outra segundo critério e relação na qual se encontra enquanto trabalhadora. O ser humano em relação com a natureza, através do trabalho, produz uma nova forma de história, não determinada apenas pela biologia, mas pela sua organização em sociedade para assegurar a reprodução biológica dos indivíduos que a compõem, fazendo com que a história da humanidade seja determinada pelas relações sociais. Estas relações, nos últimos séculos, têm sido submetidas à dinâmica violenta do modo de produção capitalista.

É neste sentido, que Marx afirma que "o trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral" (2013, p.48). É a partir então, da categoria trabalho, que, embora teórica e abstrata, torna-se possível compreender e refletir sobre a materialidade concreta dos cotidianos da classe trabalhadora. O ato de trabalho pertence à totalidade do processo produtivo. Este, por sua vez, é parte constituinte de um modo de produção, que é determinado por formas de dominação e relações sociais desiguais. Essas formas de dominação que operam no mercado de trabalho, neste modo de produção, tem como base o fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais.

As formas de dominação e as relações desiguais operantes no mercado de trabalho dependem da reificação das relações sociais, cuja base é o fetichismo da mercadoria, mas se completam nas formas mais desenvolvidas do capital (MARX, 2013, p.97)

Ou seja, em uma sociedade baseada no modo de produção capitalista, tudo se torna mercadoria, as coisas, a natureza, as pessoas, e as suas relações. A classe trabalhadora por si só, é tornada mercadoria disposta à compra de quem pode pagar por seu tempo e qualificação, que se encontra no mercado devido à falência do sistema feudal e a ascensão do capitalismo em todos os seus processos violentos de acumulação primitiva. Não é surpresa que tanto antigamente quanto atualmente, muitas das relações sociais e afetivas sejam mediadas pelo dinheiro.

Note-se que, no plano formal, categorial, a criação do excedente fica na dependência de que a mercadoria-trabalho se mantenha reificada como fetiche. No plano histórico, porém, esse crescimento aparentemente automático depende da acumulação de riqueza capaz de comprar força de trabalho livre num mercado que, na Europa, se cria com a crise do sistema feudal (MARX, ano, p. 102)

O que pode-se compreender a partir da análise destas categorias teóricas é que é neste lugar de intersecção entre humanidade, sociedade e natureza mediada pelo trabalho é que se encontra a Educação Ambiental. Faz-se necessário compreender que o trabalho, enquanto criador de valores de uso, é uma condição de existência dos seres humanos, independente de todas as formas sociais, ele é uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre humanidade e natureza e, portanto, da vida humana. Mesmo que algum dia vivamos novas formas de produção e reprodução da vida, mesmo que em algum momento o modo de produção capitalista seja derrubado, ainda assim, o trabalho permanecerá inerente à vida social, e portanto, constituinte de suas relações.

Analisar o trabalho enquanto dimensão ontológica ineliminável da vida humana revela a trama de inter relações sociohistóricas que neste tempo produzem a Educação Ambiental. Ou seja, o trabalho está voltado diretamente a suprir a necessidade ontológica da manutenção da vida que é assegurada através da Reprodução da Sociedade, e esta está diretamente relacionada com o complexo social da Educação Ambiental que existe e resiste em um modelo societário capitalista.

Na economia de subsistência, o trabalho foi constituinte das relações sociais e da organização política coletiva, além de ser fonte de independência para as mulheres. Contudo, em uma economia capitalista, ele tornou-se desumanizador e alienante. Para as mulheres, esse processo histórico teve implicações profundas, e essas implicações são denunciadas, especialmente, por feministas marxistas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019; BHATTACHARYA, 2019; FEDERICI, 2017). O que elas apontam é que há um aspecto da acumulação primitiva que está ausente na análise de Marx: a acumulação dos corpos e da sexualidade das mulheres em função da reprodução da sociedade capitalista.

Marx não reconheceu que a procriação poderia se tornar um terreno de exploração e, pela mesma razão, um terreno de resistência. Talvez, o filósofo nunca tenha imaginado que as mulheres pudessem se recusar a reproduzir ou que esta recusa pudesse se transformar em parte da luta de classes. Ele trata da procriação e da reprodução da sociedade como um processo neutro do ponto de vista da categoria de gênero, o que exclui da análise econômica a

reprodução da sociedade, trabalho indispensável ao desenvolvimento capitalista (FEDERICI, 2017).

[...] mas podemos trabalhar com as categorias de Marx, mas devemos reconstruí-las e alterar sua arquitetura, de modo que o centro gravitacional não seja exclusivamente o trabalho assalariado e a produção de mercadorias, mas a produção e reprodução da força de trabalho, especialmente a parcela realizada pelas mulheres, em casa (FEDERICI, 2022, p.230-231).

Mas, “se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? Certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalismo” (BHATTACHARYA, 2019, p.4). Embora a crítica de Federici (2017) a Marx denuncie o prejuízo à causa da justiça de gênero, a autora reconhece no marxismo a melhor maneira de compreender a opressão sob o capitalismo e portanto, a filosofia marxista e marxiana fornece pistas de como superá-lo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

A Teoria da Reprodução Social foi amplamente discutidas pelas feministas dos anos 1970 e 1980, porém em 2017, a teoria foi reativada retomando a discussão em interface com a contemporaneidade das mulheres e representada, principalmente, pela publicação da obra Teoria da reprodução social: remapeando a classe, recentralizando a opressão, organizada por Tithi Bhattacharya, contendo textos de diversas feministas sobre o assunto como: Cinzia Arruzza, Susan Ferguson, Nancy Fraser, David McNally, entre outras.

O que esta obra revela é que objeto de análise da teoria da reprodução social é a relação existente entre o trabalho que produz mercadorias e o trabalho que produz pessoas. O que as feministas marxistas afirmam é que os dois tipos de trabalho precisam ser considerados na totalidade sistêmica do capitalismo. Há uma relação intrínseca entre estes tipos de trabalho visto que um não pode ocorrer sem o outro e ambos sustentam o modelo societário vigente.

A Teoria da Reprodução Social ressurgiu nos últimos tempos, resgatada majoritariamente por feministas marxistas, por vezes em diálogo com a teoria marxiana/marxista, por vezes em contraposição. Aruzza (2015) distingue o conceito de Reprodução Social no marxismo e no feminismo marxista. A autora explica que no marxismo a Reprodução Social consiste no processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade. Já para as feministas marxistas, a Reprodução Social refere-se à manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional, ou seja, Reprodução social determina a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: “[...]por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e

doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até a sexualidade” (ARRUZZA, 2015, p. 55).

A Teoria da Reprodução Social questiona como e por quem o trabalhador é produzido para que possa posteriormente produzir mercadorias, ou seja, revela os processos sociais através dos quais a força de trabalho é produzida. Esses processos estão implicados no processo de produção de mercadorias, ou, mais-valor. São inerentes ao modo de produção capitalista. Considerando um turno de trabalho que inicia às 8h da manhã e encerra às 17h em uma fábrica, questiona-se, o que acontece entre 17h e 8h da manhã do dia seguinte para que esse trabalhador(a) retorne à fábrica regenerado(a) o suficiente para conduzir um novo turno de 8 horas de trabalho produzindo mercadorias.

Além da reprodução social que ocorre no contexto familiar, a imigração e a escravização também são formas pelas quais determinadas pessoas são forçadas a realizar o trabalho de reprodução social da classe trabalhadora, o que revela que essa problemática não se encerra na família nuclear, mas transpassa toda a sociedade e é determinada por diversos fatores como, a qualidade do atendimento à saúde, a qualidade dos alimentos, a qualidade da educação, entre outros. O capitalismo requer um conjunto de relações sociais relativamente estáveis para que possa reproduzir-se, o que revela que essas relações produzidas socialmente podem também ser interrompidas ou diretamente afetadas, por exemplo, pelas lutas por acesso à saúde, à qualidade de vida, à alimentação, em defesa da água. Essas lutas também tomam a forma de potencializadoras de uma luta anti-sistêmica no contexto maior da luta anticapitalista.

Esse trabalho é realizado majoritariamente por mulheres nos lares, mas também é realizado em instituições por profissionais que atuam com a educação e o cuidado através de profissões como professoras, técnicas em enfermagem, enfermeiras, parteiras, cozinheiras, trabalhadoras de serviços gerais, entre outras. Este trabalho não produz diretamente mais valor, como o trabalho na esfera produtiva, mas o que esse trabalho produz é a classe trabalhadora, ou seja, produtores de mais valor. O fato de profissões como as mencionadas anteriormente serem ocupadas majoritariamente por mulheres pode estar relacionado à responsabilização das mulheres por este trabalho pelo capitalismo em sua ascensão, através da imposição da segregação das mulheres e a configuração da família nuclear. Ainda que muitos anos tenham-se passado, o trabalho reprodutivo permanece sendo realizado majoritariamente

por mulheres e permanece sendo invisibilizado e um dos mais mal remunerados, assim o são por que são trabalho de Reprodução Social.

A Teoria da Reprodução Social considera a coalizão entre o capitalismo e o patriarcado revelando a opressão de gênero e a opressão de classe em que as mulheres se encontram e que afetam diretamente essas profissões, sejam elas realizadas em escolas, hospitais ou nos lares de forma não remunerada. Ao refletir sobre a relação entre a Teoria da Reprodução Social e a materialidade do meu cotidiano, logo relembro relatos de muitas mulheres. Mulheres que dedicam-se 24 horas ao cuidado da casa e ao cuidado das pessoas de sua família sendo considerada pela própria como alguém que não trabalha e por isso tem muito tempo livre e/ou vida fácil. Mulheres que possuem dois empregos, o de mãe que dura 24 horas e mais um emprego formal de 6 horas diárias com maridos que trabalham 8 horas por dia e se negam a compartilhar o trabalho de cuidado do filho afirmando que trabalham mais.

É nessas situações que percebemos como o trabalho de Reprodução Social é completamente invisibilizado, horas de educação, cuidado, alimentação, sono, brincadeiras, medicação, tratamento, cura, entre outros, totalmente desconsiderados como se esses afazeres fossem auto realizáveis sem o esforço humano num passe de mágica. Há também os relatos de muitas colegas de profissão e professoras da Educação Básica que atingem um nível exorbitante de estresse, movidas por vezes a medicações fortíssimas para que consigam dar conta de três turnos de trabalho por dia, porque a desvalorização da profissão é tanta que um ou dois turnos não são suficientes para assegurar uma vida minimamente decente.

Para Ferguson (2019) a Teoria da Reprodução Social revela como este trabalho é teorizado em relação ao trabalho de produção, o que está ausente das análises exclusivamente classistas que definem a opressão de gênero como secundária. Contudo, esta teoria explica que a gênese da opressão das mulheres é consequência da organização capitalista que generifica o trabalho. Ou seja, é importante para esta teoria assumir como objeto de sua investigação não a família patriarcal, mas a lógica sócio-histórica através da qual o capitalismo e a família patriarcal são constituídos. Ferguson (2019), Bhattacharya (2019) e Arruzza (2015) consideram que a determinação do valor de acordo com a teoria marxiana do mais valor ocorre via produção de mercadorias e serviços, de forma que não consideram ser este o caso do trabalho reprodutivo não remunerado. Isto porque os produtos do trabalho de Reprodução Social são lares aconchegantes, amor, educação, cuidado, roupas limpas, entre

outros, que não são mercadorias, ao menos não neste contexto, visto que não entram no circuito de vendas e trocas de mercadorias.

Dentre as atividades de reprodução da força de trabalho estão presentes atividades de regeneração, alimentação, descanso, cuidados psíquicos, entre outros; atividades que mantêm e regeneram os não trabalhadores, crianças, desempregados, idosos; e a própria gestação e educação de novos trabalhadores (BHATTACHARYA, 2019). É perceptível que sem a reprodução da força de trabalho não há produção de bens e serviços, não há produção de lucro, não há reprodução de trabalhadores.

A reprodução da força de trabalho ocorre fora da esfera da produção, fazendo com que ela torne-se de baixo custo por encontrar-se excluída da economia formal, invisibilizada. Por isso, a luta por salários para o trabalho doméstico, por exemplo, é uma forma de atuação política que representa a busca pelo reconhecimento do trabalho das mulheres e o reconhecimento da reprodução social na economia formal. Nesse sentido, o que se defende é que o trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente por mulheres, deve ser reconhecido como trabalho (FEDERICI, 2019).

Contudo, precisamos reconhecer que, mesmo que o capitalismo tenha sido instaurado de 500 a 600 anos atrás, as mulheres já enfrentavam a dominação masculina sustentada pelo patriarcado há muito mais tempo. Elas já encontravam-se há longa data submetidas à escravidão e à dominação patriarcal nas sociedades pré-capitalistas. Mas, a partir de sua ascensão, elas foram submetidas à coalizão entre o patriarcado e o capitalismo. Resultando no que Federici (2017) chama de um novo patriarcado, o patriarcado do salário, que as submete não somente aos homens mas também aos interesses capitalistas.

Esses sistemas de subjugação e exploração se retroalimentam no intuito de dispersar e deslegitimar resistências, em especial, a resistência das mulheres voltada para a sobrevivência das economias de subsistência, denunciando a degradação da natureza como consequência do extrativismo inerente à economia capitalista. É por isso que qualquer possibilidade de transformação social revolucionária, só assim o é, se estiver articulada no rompimento com todas as formas de dominação.

Em suma, o trabalho, que transforma o ser humano em ser social, está voltado diretamente a suprir a necessidade ontológica da manutenção da vida que é assegurada através da reprodução da sociedade, majoritariamente realizada por mulheres ao longo da história. Nesse contexto, a educação encontra-se fora da esfera da produção e inicialmente, foi também uma das funções a serem desenvolvidas no contexto familiar, impostas às mulheres pelo

capitalismo, através, principalmente, do genocídio da caça às bruxas, que consolidou a objetificação e exploração das mesmas.

Ao analisarmos os desdobramentos do capitalismo na vida dos seres sociais, precisamos também reconhecer que há também uma importante distinção que não podemos deixar de considerar, existente entre capitalismo e capital. “Ainda que ambos sejam diretamente relacionados, o primeiro só existe em decorrência do segundo e o segundo independe do primeiro para existir. Há aí uma relação de estruturas fundantes e fundadas” (PEDRUZZI, 2019, p.101). O que distingue essas duas categorias é sua abrangência, enquanto o capitalismo corresponda à conformação histórica presente de relações mercantilizadas de venda da força de trabalho humana, o capital perpassa os modos de produção escravista e feudal e por isso, é o antagonista direto da categoria produtora de toda a riqueza social, o trabalho.

Ou seja, qualquer abordagem crítica que se dedique exclusivamente à oposição ao capitalismo, corre o risco de coadunar com outros projetos civilizatórios, nos quais a libertação não é alcançada por todos. É dessa forma que algumas teorias que se apresentam como transformadoras se confundem com posturas reformistas. O que Pedruzzi (2019) defende é que é fundamental questionar de que lugar fala a Educação Ambiental Crítica: o lugar de classe trabalhadora ou o lugar de intelectualidade medializada?

Seria o lugar da luta antirracista ou da branquitude que, mesmo crítica, não se detém em seus privilégios e suas contribuições na manutenção das condições de exploração objetiva e subjetiva das negras e dos negros? Seria o lugar de manutenção da ordem patriarcal que minoriza a produção das mulheres, que lhes confere o lugar de coadjuvante nos processos de produção de conhecimentos? (PEDRUZZI, 2019, p.125-136)

Problematizar o papel cabido à Educação Ambiental Crítica consiste em questionar os diálogos produzidos, rejeitar a invisibilização à qual as mulheres, por exemplo, são relegadas e por último, porém não menos importante, dialogar principalmente com grupos sociais que são afetados pela exploração capitalista, que são pormenorizados, deslegitimados. No tocante à categoria mulheres, a Educação Ambiental Crítica deve contribuir não apenas com a libertação das mulheres brancas cis e heterossexuais, mas das mulheres negras, lésbicas, indígenas, pessoas com deficiência, trans, etc. A tese defendida pela autora é a de que para que a Educação Ambiental Crítica reafirme a radicalidade marxiana é necessário alargar o horizonte temporal histórico de sua crítica e situar a sua produção a partir do nó que constitui a classe trabalhadora. Para ela, as críticas ao capitalismo e à modernidade realizadas por reconhecidos escritores da Educação Ambiental Crítica como Carlos Loureiro, Phillipe

Layrargues, Eunice Trein, Marília Tozoni-Reis, Mauro Guimarães, entre outros, são importantes.

Contudo, é necessário uma articulação entre as lutas contra a dominação capitalista e as lutas contra a dominação patriarcal, escravista e colonial, por exemplo. Conforme Pedruzzi (2019), o risco que se corre a partir dessa universalização é colocar as dinâmicas da consubstancialidade<sup>9</sup> existente entre raça/etnia, classe e gênero como questões de segundo plano. Tratar as questões de classe como prioritárias a outras formas de dominação é uma concepção bastante difundida no marxismo, contudo, é uma abordagem que pode facilmente ser confundida com uma perspectiva conservadora visto que exclui determinados grupos sociais da luta por libertação.

Dessa forma, é necessário identificar horizontes mais amplos de opressão através dos quais se desenvolveram a alienação do trabalho, ou seja, articular as lutas de classe, gênero e raça/etnia. São categorias que devem ser analisadas em direta relação para que seja possível almejar uma completa abolição da sociedade de classes, “[...] a fim de que a revolução que vier [...] possa partir de um status de maior generalização possível da liberdade, onde uns seres humanos muito específicos não se apropriem do corpo, dos saberes, do trabalho e da cultura dos outros (PEDRUZZI, 2019, p.90).

Devemos retomar o trabalho enquanto fundante do ser social de forma que seja possível também identificar o horizonte amplo de opressão que já se faziam presentes antes mesmo da exploração capitalista e para isso é necessário que as análises teóricas, em especial às influenciadas por Marx, sejam capazes de delimitar a questão classista em articulação com a opressão de gênero e de raça/etnia. Desconsiderar essas duas categorias e delimitar o debate exclusivamente à questão de classe resulta em uma tendência marxista totalizante e universalizadora.

[...] essa tendência totalizante – a qual, em certa medida é de grande importância ao marxismo – acaba por diluir a materialidade das relações sociais de produção, fazendo com que as análises influenciadas tanto pela pragmática staliniana, quanto por elementos frankfurtianos, desloquem a teorização da concretude do sociometabolismo do Capital para a generalidade de uma crítica anti-sistêmica que, ainda que seja de grande importância, não nos possibilita uma compreensão ampla das dinâmicas sociais que cindem divisas no conjunto da classe trabalhadora. (PEDRUZZI, 2019, p.129-130)

---

<sup>9</sup> É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. Elas interagem e estruturam, assim, a totalidade do campo social”. Portanto, não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um “nó” no seio de uma individualidade ou um grupo (KERGOAT, 2010, p.100)

Essa tendência impossibilita a compreensão da complexidade da totalidade social na qual gênero e raça/etnia são debates substanciais. Especialmente à Educação Ambiental Crítica, porque produzem compreensões concretas acerca da relação entre trabalho e natureza e esses debates encontram-se, por vezes, ausentes dos debates da Educação Ambiental Crítica que é diretamente atravessada pelo cotidiano opressor imposto pelo Capital. A reprodução da sociedade não é um processo neutro do ponto de vista da categoria de gênero e a Educação Ambiental está diretamente vinculada com a Reprodução Social. Por isso, a Educação Ambiental Crítica não deve prescindir de uma análise crítica frente à inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza.

## **2. Degradação ambiental e dominação das mulheres: pautas confluentes**

Os objetivos atingidos por esta seção são: analisar fundamentos históricos, econômicos e sociais de Educação Ambiental Crítica a partir dos estudos feministas críticos e analisar a relação entre a dominação das mulheres e da natureza. Esta seção apresenta a inter-relação entre a dominação das mulheres e a degradação ambiental a partir de contribuições dos feminismos críticos. Em seguida, analisa os cercamentos como processos contra revolucionários de acumulação primitiva; denuncia a caça às bruxas como instrumento de dominação dos corpos e da sexualidade das mulheres e apresenta elementos contemporâneos relacionados à desigualdade estrutural do capitalismo patriarcal.

### **2.1 Contribuições dos feminismos críticos**

Ao refletir a Educação Ambiental Crítica a partir dos estudos feministas, é preciso estudo e atenção para não cair nas armadilhas dos feminismos reacionários, burgueses e/ou reformistas<sup>10</sup>. Nem todo feminismo é revolucionário porque nem todo feminismo reconhece as verdadeiras origens da opressão das mulheres e das crises ecológicas. É necessário que reconheçamos as armadilhas as quais o capitalismo nos submete com vistas a cooptar pautas a partir da construção de crenças, ou melhor, mitos do capital que fazem com que movimentos como o feminismo liberal pareça uma alternativa possível a algumas mulheres.

Hooks (2019) explica que nem todo movimento feminista reconhece as condições materiais que envolvem a opressão das mulheres e a degradação da natureza. O oportunismo do feminismo liberal tomou espaço das vertentes revolucionárias quando suas pautas foram cooptadas pelo patriarcado e pela economia capitalista por não divulgarem as devidas contradições sociais inerentes aos apelos das lutas coletivas por igualdade.

Mascarando a real situação da opressão mundialmente, o feminismo burguês levou-nos a uma deturpação da imagem do feminismo, fazendo com que acredite-se que ser feminista é um modo de vida que consiste em garantir a equiparação de direitos de mulheres privilegiadas com os direitos dos homens de sua classe social, como: prestígio, fama, igualdade salarial ou um estilo de vida diferente. A lógica do homem universal se transforma na lógica da mulher universal: branca, cis, europeia, proprietária e heteronormativa.

---

<sup>10</sup> Nos capítulos mais teóricos, volto a usar a impessoalidade na escrita por influência dos autores e por estar realizando uma análise mais teórica.

Essa perspectiva ignora completamente o isolamento de mulheres de outras classes, voltando-se para o benefício de um grupo específico e não se opondo às origens materiais da opressão das mulheres: o capitalismo e o patriarcado. Dessa forma, ao invés de contrapor esses sistemas, reproduz e preserva sua ideologia. Não se pode generalizar as experiências das mulheres que são atravessadas por categorias como raça/etnia e gênero, ademais, a classe as divide conforme as condições materiais as quais às submete, por isso, a compreensão do antagonismo de classes é indispensável para a busca da libertação, não apenas de um grupo mas da totalidade dos indivíduos oprimidos (CISNE, 2004).

Isto porque, o discurso capitalista sustenta a crença de que ele é um sistema essencialmente democrático onde o sucesso provém do esforço individual. Se ele não foi atingido, não houve esforço ou mérito suficiente. Entretanto, a ascensão de uma expressiva parcela da classe trabalhadora é inviável à sobrevivência desse sistema, ou seja, sem a exploração da maioria o capitalismo acabaria. A desigualdade é uma condição para sua existência, muitas pessoas, por mais que se esforcem, não irão ascender socialmente e isso não provém de mérito ou esforço individual.

Mas, como um sistema que tem suas origens na colonização e na exploração pode presumir que exista algo de civilizado em sua natureza? Não seria a democracia um sistema político no qual a soberania é exercida pelo povo? Se assim é, por que as decisões políticas beneficiam aqueles que estão no topo da pirâmide? Não parece razoável definir como democrática uma sociedade regida pela desigualdade das classes sociais. Nas relações sociais capitalistas cada indivíduo tem um papel a ser desempenhado. Nesse contexto, o discurso do sucesso a partir do esforço individual torna-se, para muitos, inatingível. Já que, a realidade socioeconômica de cada um limita a sua liberdade de escolha.

A sociedade como a conhecemos ainda é injusta e desigual, especialmente com determinados grupos sociais. Conforme OXFAM (2019) as desigualdades enfrentadas no Brasil ultrapassam a renda e as crises econômicas e fiscais. Nesse sentido, ser morador da periferia ou ser negro e negra é algo que define pertencimento a uma determinada categoria que delimita quais direitos lhe são assegurados. Na pesquisa (OXFAM, 2019), 85% dos entrevistados se colocam na metade mais pobre da população, 54% concordam que negros ganham menos por serem negros e 64% destaca o fato de ser mulher como um fator de impacto na renda. "O progresso do Brasil está condicionado à redução da desigualdade entre ricos e pobres para 86% dos brasileiros" (OXFAM, 2019, p.11).

As lutas pela libertação das mulheres e as lutas ambientais, inicialmente podem parecer movimentos distintos, contudo, a degradação ambiental e a desigualdade são

consequências de um mesmo sistema econômico e sociocultural. Flisher e Martusewicz (2018) afirmam que todas as formas de opressão, inclusive a do ecossistema, estão entroncadas pelas mesmas raízes: “Qualquer tentativa de alegar separação ou superioridade a outras espécies ou particularmente a grupos humanos deve ser entendida como uma forma de violência que causa danos a esses sistemas.”<sup>11</sup> (FLISHER; MARTUSEWICZ, 2018, p.4, tradução livre).

De acordo com Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), a crise ecológica que ameaça o planeta resulta da ação histórica do capital se apossando de recursos naturais como se fossem infinitos, de energia fossilizada, necessária ao abastecimento das fábricas de produção em massa, causando esgotamento do solo e desgastes nas riquezas minerais pelo envenenamento da água ou do ar. As extrações de sedimentos de carbono formados sob a crosta terrestre não foram realizadas pela humanidade mas pelo capital, com total descaso frente aos impactos da emissão de gases do efeito estufa.

Os efeitos colaterais da destruição dos recursos naturais recaem de forma desproporcional nas comunidades pobres, formadas por grupos étnicos minoritários no Norte global e no Sul global<sup>12</sup>. “Se a crise ecológica de hoje está diretamente vinculada ao capitalismo, ela também reproduz e agrava a opressão das mulheres”. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.39)

A subordinação das mulheres existiu de diversas formas em diversas sociedades, ou seja, não é uma invenção capitalista. Entretanto, o capitalismo estabeleceu outros modelos de subordinação que levaram a opressão das mulheres a ser sustentada e reproduzida mundialmente, a partir da sua subordinação à produção do lucro e da responsabilização do trabalho reprodutivo.

As mulheres constituem a vasta maioria da força de trabalho rural, além de ocuparem no Sul global, as linhas de frente da atual crise ecológica, constituindo 80% das pessoas refugiadas em função do clima. Devido ao trabalho reprodutivo, representam uma parcela majoritária no trabalho de lidar com a seca, a poluição e a superexploração da terra, o que as coloca em uma situação de grande vulnerabilidade. “Sujeitas ao racismo ambiental, elas

---

<sup>11</sup> No original: “Any attempt to argue for separateness from or superiority to other species or to particular human groups should be understood as forms of violence that will damage these systems” (FLISHER; MARTUSEWICZ, 2018, p.4).

<sup>12</sup> O Sul global não pode ser reconhecido apenas como um critério geográfico mas relacionado diretamente a todos os povos, independente de sua localização, que sofreram e permanecem sofrendo as consequências da colonização/colonialidade/neocolonialismo. Embora a América Latina seja representativa destes povos, por exemplo, reconhece-se que até no Ocidente, há populações afetadas por este cruel processo de proletarianização e extrativismo e estas fazem parte deste conceito de Sul Global.

constituem a espinha dorsal de comunidades submetidas a enchentes e envenenamento por chumbo”. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.39) Ademais, estão na linha de frente contra as catástrofes ecológicas, contra as armas atômicas, contra mineradoras, se opondo à privatização da água e das sementes em defesa da biodiversidade.

As mulheres desafiam os ambientalistas convencionais ao se recusarem a separar os problemas ecológicos dos problemas relativos à reprodução social, moldando novas e integradas formas de luta em defesa da natureza e do bem-estar material das comunidades humanas. Os movimentos feministas revolucionários representam em suas ações políticas uma alternativa anti corporativa e anticapitalista aos projetos capitais “verdes” que enriquecem a classe dominante a partir das cartas verdes cedidas ao agronegócio que dissolvem a natureza em um miasma de abstração quantitativa. Isso porque suas lutas concentram-se no mundo real, “[...] no qual a justiça social, o bem-estar das comunidades humanas e a sustentabilidade da natureza não humana estão inseparavelmente associados.” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.40)

De acordo com Federici (2017) a globalização é a imposição do processo de acumulação primitiva e exploração em escala global. Ela teve início com as invasões das colônias através das quais as populações nativas foram massacradas, escravizadas e assassinadas. A expansão global do capitalismo disseminou a caça às bruxas mundialmente transplantando esse violento ataque às mulheres da Europa para as colônias através da colonização e da cristianização, fazendo, com o tempo, com que fossem postas em prática pelas comunidades subjugadas em seu próprio nome e contra seus próprios membros.

Ela analisa a globalização como um processo de acumulação primitiva que está sendo imposto em escala global que tem o ataque aos meios mais básicos de reprodução — a terra, a casa e o salário — como pilar dessa reestruturação que objetiva expandir a força de trabalho global e reduzir drasticamente seu custo. A feminização da pobreza foi o primeiro efeito do desenvolvimento do capitalismo sobre a vida das mulheres, principalmente como consequência das expropriações e cercamentos do século XV que resultaram na ascensão do capitalismo. Esse processo expandiu-se paralelamente a difusão da globalização, assim, “[...] a globalização não só provocou uma feminização da pobreza como contribuiu para o surgimento de uma nova ordem colonial, criando novas divisões entre as mulheres — o que o feminismo deve combater” (FEDERICI, 2019, p.137).

Cada fase da globalização capitalista provoca um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, “[...] o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias

para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p. 27). Até hoje o Estado não poupa esforços em sua investida de retirar das mulheres o controle da reprodução, seja por meio do incentivo à maternidade ou das esterilizações compulsórias, os aumentos e decréscimos nos índices de natalidade estão longe de ser um acontecimento natural. Há por trás de tudo uma relação de regulação e coerção para expandir ou reduzir a força de trabalho.

Alguns historiadores marxistas relegaram a caça às bruxas ao esquecimento, negligenciando sua relevância para a história da luta de classes. Entretanto, é indispensável analisar que o fato de a caça às bruxas ser um acontecimento contemporâneo aos processos de colonização, ao extermínio das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravizados, e à ascensão do capitalismo não é apenas uma grande coincidência (FEDERICI, 2017).

Embora não seja a única perspectiva feminista de caráter crítico, há algo de radicalmente potente no feminismo marxista, que possibilita o reconhecimento de diversas forças em pé de igualdade. Ao mesmo tempo que reconhece a necessidade da luta pelas reformas graduais que o sistema oferece também demanda sua completa destruição por reconhecer as verdadeiras origens da opressão, ou seja, é uma teoria insurgente que se mostra uma das melhores armas para a luta pela libertação das mulheres e da natureza (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Portanto, alguns de seus elementos teóricos podem ser considerados fundamentais para refletir a Educação Ambiental Crítica. É por isso que um feminismo anticapitalista e inquieto se faz essencial, pela necessidade de um movimento que tenha como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Um processo que busca reconhecer os mecanismos de exploração presentes na experiência prática, mas que deve, obrigatoriamente, ser influenciado pela reflexão teórica de forma que não nos faça cair nas remodelações da opressão de gênero do neoliberalismo. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019) A urgência é de um feminismo anticapitalista, mas também antisseparatista, decolonial, anti imperialista e antineoliberal, antirracista, antilgbtfóbico e anticapacitista e que concentre os interesses da classe trabalhadora coletivamente.

De forma que possamos, conforme Césaire (2020), reconhecer e desmascarar o racista que se ignora ou o moralista de generosas intenções colonizantes denunciando a farsa por detrás de boas intenções e compreender que colonização não é evangelização, caridade e solidariedade, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, tampouco propagação de Deus. A colonização é um odioso empreendimento etnocidário que desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado, ou seja, um regime de exploração

violenta e desenfreada de massas humanas e uma forma moderna de pilhagens fundamentada no racismo e no genocídio.

Inicialmente, ela se esmera em descivilizar e embrutecer o colonizador e despertá-lo para a violência, para o ódio racial e o relativismo moral para que este ponha em ação a arrogância racial encorajada da qual depende o progresso do asselvajamento do continente. Césaire (2020) explica que o motivo pelo qual o nazismo é mundialmente conhecido como uma barbárie suprema é porque desta vez, o genocídio aconteceu com brancos europeus. Esse tipo de crime vem sendo cometido pelos europeus contra milhares de povos em distintos países há milhares de anos. As atrocidades cometidas exclusivamente a povos não europeus, em vez de denunciadas, são absorvidas, legitimadas e justificadas através da negação pura e simples da civilização que tanto serviu como justificativa para a colonização.

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora. [...] Que no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado À Europa processos colonislistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os coolies da Índia e os negros da África estavam subordinados. (CÉSAIRE, 2020, p.18)

O processo de descivilização do colonizador consiste em habituá-lo a perceber no outro o animal e a tratá-lo como tal de forma que acaba por transformar-se, a ele próprio, o colonizador, em animal em uma ação de ricochete da colonização. A partir de então, entre o colonizador e o colonizado, “ só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas e as massas aviltadas” (CÉSAIRE, 2020, p.20).

A colonização é a coisificação de sociedade e natureza que resulta em culturas espezinhadas, terras confiscadas, religiões assassinadas e magnificências artísticas aniquiladas. Resulta na destruição de economias naturais, harmoniosas e viáveis, das economias de subsistência, gerando altos índices de subalimentação instalada pelo desenvolvimento agrícola extrativista orientado unicamente para benefícios das metrópoles. O que o autor defende é que a Europa tem contas a prestar perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história por ter enxertado na antiga injustiça o abuso moderno e na velha desigualdade o odioso racismo: “[...] a barbárie da Europa Ocidental é incrivelmente

elevada, só ultrapassada, de modo muito longe, é certo, pela americana” (CÉSAIRE, 2020, p.31).

A civilidade da qual se utiliza para justificar suas invasões nada mais é que a proletarianização de massas. Isto fica visível quando observamos que atualmente, “são os indígenas de África ou da Ásia que reclamam escolas e é a Europa colonizadora que as recusa; que é o homem africano que pede portos e estradas e é a Europa colonizadora que regateia; que é o colonizado que quer avançar e é o colonizador que o retém” (CÉSAIRE, 2020, p.28-29).

A colonização se funda na psicologia que define grupos como psicologicamente formados para ser dependentes e outros determinados à dominação. É o que Cida Bento (2022) chama de pacto narcísico da branquitude que determina a hierarquia e a manutenção das relações de dominação colonialistas. Esse fenômeno constitui um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas que busca a manutenção de seus privilégios. Há formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições que são similares e sistematicamente silenciadas. Este pacto possui um elemento narcísico fundamentado em sentimentos de ameaça e medo, àqueles introjetados inicialmente na produção do colonizador, que constituem a essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele.

Neste sentido, o autor ressalta a importância da consciência anticolonialista, que é capaz de analisar especificamente os mecanismos de exploração do sistema de forma que a partir de sua práxis seja possível desvendar as contradições do pensamento burguês e compreender a complexidade da totalidade da sociedade. Para isso, é preciso reconhecer que “o mal vem de mais longe” (CÉSAIRE, 2020, p.56)”. O colonialismo, mesmo na sua acepção mais clássica não encerrou-se e em sua complexificação, enquanto neocolonialismo, só tem se expandido. Ademais, a colonialidade ainda permanece gritante na realidade brasileira. O feminismo deve romper com a colonialidade. Para isso, é fundamental reconhecer aqueles que estão à frente da luta de classes no proletariado industrial mas sobretudo entre “[...] os escravizados, os colonizados e a massa de trabalhadores não remunerados marginalizada [...], à qual podemos acrescentar a figura da dona de casa proletária, reconceitualizada como sujeito da (re)produção da força de trabalho”. (FEDERICI, 2019)

De acordo com Vergés (2020), é fundamental reconhecer que a ofensiva contra as mulheres não é fruto apenas da dominação masculina, mas uma manifestação da degradação das mulheres e da natureza suscitada pelo capital. Para ela, o carácter decolonial do feminismo revolucionário consiste em afirmar fidelidade às lutas das mulheres do Sul global

que nos precederam e que estiveram à frente das lutas pela natureza e pela agricultura de subsistência. Para isso, é importante reconhecer a coletividade como prática decolonial que se apoia na história das mulheres autóctones, negras, ou seja, mulheres racializadas que travam uma luta sem trégua na revolução como trabalho cotidiano em defesa da libertação das mulheres e da natureza.

É por meio de esforços conscientes de construção de solidariedade que as associações entre as formas de opressão podem ser reveladas para que seja possível alcançar o poder coletivo que precisamos se temos a esperança de uma transformação social (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Em consonância, Lorde (2019) afirma que diferentes forças, reconhecidas e em pé de igualdade compõem uma estrutura de interdependência que potencializa a busca por novas formas de ser no mundo, agindo com coragem e sustento onde ainda não temos acesso.

Dessa forma, a mera tolerância entre mulheres define-se na crença de que através de mudanças graduais e dentro das instituições existentes podemos mudar fundamentalmente o sistema econômico — o mais grosseiro dos reformismos — que nega a função criativa da diferença em nossas vidas. É necessário que possamos reunir nossa reserva de polaridades entre as quais a criatividade possa irradiar como uma dialética. “Sem comunidade não há libertação, apenas o mais vulnerável e temporário armistício entre uma mulher e sua opressão.” (LORDE, 2019, p. 139)

Para pensar a Educação Ambiental Crítica, é necessário considerar a construção de um fortalecimento da consciência sobre as questões de dominação que afetam as mulheres, a natureza e a sociedade. Portanto deve reconhecer as origens da opressão às quais as mulheres e a natureza estão submetidas. Deve possibilitar a compreensão da relação entre as questões ecológicas, sociais e políticas e esclarecer que as pautas ambientais não podem resumir-se às pautas de sustentabilidade, já que além de cooptadas pelo capitalismo, essas não são a resposta para o fim da exploração da natureza, já que não são as práticas individuais que provocam a sua destruição mas o modo de produção extrativista.

Reproduzir a ideologia dominante não pode ser a tarefa da Educação Ambiental Crítica, mas sim contrapor as raízes de toda e qualquer opressão. Ela tem o dever de romper com as relações hierárquicas da educação tradicional, que é fundamentada na reprodução das relações capitalistas e na produção de trabalhadores obedientes. Ademais, ela tem o potencial de reunir essas pautas das lutas engendradas pelo proletariado e traduzi-las em fundamentos necessários para o desenvolvimento da consciência crítica a partir da reflexão teórica e do estudo. Esses conteúdos são fundamentais para o reconhecimento do lugar que os sujeitos ocupam no

mundo e são facilmente reconhecidos nas escritas das feministas marxistas, conteúdos como: consciência de classe, patriarcado e resistência (ASSIS; PODEWILS, 2021).

O fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental torna-se possível a partir do estudo da origem da dominação das mulheres, da natureza e da sociedade, pois, a acumulação capitalista “[...] continua a exigir a produção de miséria e escassez em escala mundial. Continua a exigir a degradação da vida humana e a reconstrução das hierarquias e divisões sociais com base em gênero, raça e classe” (FEDERICI, 2022, p.21). O que gera não apenas crises alimentares, mas também uma constante exploração do trabalho e do meio ambiente.

A história da acumulação primitiva produziu a acumulação de diferenças e hierarquias que fortalecem as relações capitalistas, por isso não pode ser compreendida em sua totalidade a partir do prisma de um sujeito universal abstrato. Há, portanto, múltiplas perspectivas particulares que devem ser levadas em consideração para a reconstrução da totalidade para que seja possível desmascarar os mecanismos de poder e as mulheres, há séculos, através de seu trabalho e suas lutas por direitos e em defesa da natureza, viabilizam alternativas e fortalecem resistências. (FEDERICI, 2022).

Silvia Federici (2022) afirma que a acumulação primitiva<sup>13</sup> “[...] é um fenômeno constitutivo das relações capitalistas de todos os tempos, eternamente recorrente, parte do contínuo processo capitalista de acumulação e sempre contemporâneo e em expansão” (p.15). Shiva (2003) explica que essa violência e controle constituíram esse processo pelo qual o Norte acumulou riquezas a partir da exploração dos recursos biológicos do Sul. É um assunto antigo, mas ainda estamos submetidos aos velhos padrões de colonização. Os *habitats* foram cercados ou destruídos, por isso, a diversidade tem sofrido erosões e a biodiversidade está ameaçada. As populações de gado estão sendo homogeneizadas de maneira irreversível, os animais que produzem fertilizantes orgânicos estão desaparecendo e consequentemente os fertilizantes químicos tomam o seu lugar (SHIVA, 2003).

Dessa forma, o solo, a fauna e a flora também se extinguem. Shiva (2003) ressalta que as variedades de centenas de milhares de plantas do ecossistema agrícola, devido à “Revolução Verde”<sup>14</sup> resumiram-se a trigo e arroz — derivados de bases genéticas muito restritas. Considerando que a alimentação de milhões de pessoas depende dessa base genética

---

<sup>13</sup> Processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal e camponesa que separou as pessoas de seus poderes de subsistência e formou uma volumosa reserva de força de trabalho livre para o Capitalismo (FEDERICI, 2017).

<sup>14</sup> Conversão da agricultura em um sistema industrial (SHIVA, 2003).

estrangeira e limitada, pode-se entender que a sobrevivência humana e da natureza está em colapso.

Doenças não tratadas, crianças desnutridas, vidas perdidas e desespero: essa tem sido a história da globalização que fez com que o mundo atingisse um empobrecimento de magnitude nunca vista (FEDERICI, 2022). A história de lugares como o continente africano é contada pelo ocidente através da miséria, porém, ressalta-se que esta é causada pela exploração dos recursos naturais e humanos pela lógica ocidental de dominação e pela destruição ou apropriação da natureza e dos meios de subsistência. “A riqueza da Europa, da era colonial, baseou-se [...] na transferência de recursos biológicos das colônias para os centros de poder imperialista” (SHIVA, 2003, p.100).

Portanto, a ameaça da extinção da diversidade dos ecossistemas, dos seres vivos e dos modos de vida deve ser uma preocupação da humanidade, visto que a biodiversidade das colônias foi substituída pelas monoculturas de matérias-primas voltadas para a indústria europeia:

A prescrição do Norte para a “salvação” do Sul vem sempre criando novos fardos e novas formas de servidão, e a salvação do meio ambiente não pode ser alcançada através da antiga ordem colonial baseada nos “encargos do homem branco”. As duas coisas são eticamente, economicamente e epistemologicamente incongruentes (SHIVA; MIES, 1993, p.290).

Esse processo de acumulação que inicialmente provocou a destruição da riqueza comum visa formar um contingente de trabalhadores sem direitos, sem garantias, movendo-se de um lugar a outro por meio de contratos de curto prazo e menor salário possível colocados nessa situação de vulnerabilidade social através de violência, expropriação e expansão do mercado de trabalho global, decorrentes, em grande parte do tráfico de pessoas escravizadas, do colonialismo e de políticas racistas estratégicas. A globalização tem sido uma história de doenças sem tratamento, feminização da pobreza e degradação da natureza acompanhados de um empobrecimento em grande magnitude como nunca antes observado. Dentre os mais afetados diretamente, estão as mulheres, principalmente as de baixa renda e de cor<sup>15</sup> que não possuem meios de assegurar a própria reprodução, exceto cuidando da reprodução de outras famílias e crianças apartadas de suas comunidades.

A necessidade de assegurar renda nesse contexto degradante pode, até mesmo, possuir um efeito esterilizante. Contudo, a mesma classe política que torna impossível às mulheres

---

<sup>15</sup> O termo “pessoas de cor” é usado pela autora para afirmar a solidariedade entre vários grupos (pessoas negras, caribenhas, latino-americanas, asiáticas, muçulmanas, indígenas) e para divergir do termo “pessoas não brancas” que contém uma afirmação de não pertencimento (FEDERICI, 2022).

sustentarem a si mesmas e a sua família criminaliza o aborto (FEDERICI, 2022). A mesma classe política que se diz a favor da vida instigou dois séculos de caça às bruxas e a morte de milhares de mulheres torturadas e queimadas nas fogueiras. “A classe capitalista, apoiada em seus arsenais militares, está segura de que, querendo ou não, os 99% não têm alternativa senão viver sob o capitalismo” (FEDERICI, 2022, p.58). Percebemos, a partir do exposto, que os ideais capitalistas estão longe de assegurar a defesa da vida, tanto daqueles que ainda não nasceram, quanto dos que em sociedade já vivem. Há interesses capitalistas disfarçados de opiniões disseminados pelos que estão no poder, por vezes justificados, assim como a caça às bruxas, por dogmas de uma moral religiosa condenatória.

Conforme Federici (2017), ainda há formas de caça às bruxas na contemporaneidade visto que mulheres ainda estão sendo acusadas de bruxaria em lugares como a África e a Índia. “O poder engendrado pelo Estado e o capitalismo sobre os corpos femininos, que se manifestou na caça às bruxas durante a idade média, não cessou” (ASSIS; PODEWILS, 2021, p.7). A caça às bruxas é muito relevante e ainda atual e se manifesta através de uma política de desumanização, submissão e objetificação das mulheres. Ela pode ser reconhecida através das acusações de bruxaria, na demonização dos saberes ancestrais, nos índices de feminicídio, nos registros de agressões em decorrência de violência doméstica, nos casos de violência contra pessoas LGBTQIA+, no racismo estrutural e no assassinato de pessoas negras, majoritariamente mulheres. Ela pode ser reconhecida nas tentativas cruéis de impedir mulheres e crianças de interromperem gestações decorrentes de estupro. Ainda hoje mulheres são drogadas e estupradas até mesmo durante o parto, crianças são molestadas e violentadas. Para as mulheres o medo constante de serem violentadas e/ou assassinadas, faz-se presente em seus cotidianos. Essa violência à qual elas estão condenadas a esquivar-se e proteger-se está diretamente relacionada com gênero, raça/etnia e classe. Ademais, como se não bastasse o que já foi exposto, a desvalorização do trabalho das mulheres, diretamente relacionada à sua incumbência como trabalhadoras não assalariadas, intensificam os perigos aos quais elas estão submetidas, seja no lar, no trabalho, nas escolas, ou em qualquer outro cenário.

A nova fase de expansão das relações capitalistas está em sua essência nessas diferentes formas de violência que privatizou terras e destruiu florestas, deixando as mulheres em condição de maior vulnerabilidade do que no passado. A agricultura de subsistência, em grande parte desenvolvida por mulheres, é um obstáculo para a globalização, e, por isso, ambas são diretamente atingidas através do alicerce de todo esse processo de expropriação: os cercamentos das terras e o extrativismo dos recursos naturais, que são uma recorrência regular

no caminho da acumulação capitalista e um componente estrutural da luta de classes (FEDERICI, 2017).

Mas esse ataque à reprodução também está levando à muita resistência, principalmente por mulheres, que assim como a vertente da Educação Ambiental Crítica, contrapõem a omissão dos processos de desigualdade. As mulheres estão na vanguarda da luta contra o extrativismo, contra o corte de subsídios, moradia, transporte, cuidado e outras formas de apoio à produção. A violência é a resposta às lutas feministas que rejeitam a subordinação às quais as mulheres e a natureza estão sendo condenadas de diferentes maneiras ao longo da história da sociedade capitalista (FEDERICI, 2022).

O ataque às mulheres sob essas acusações está conectado a todo um processo de ataque às relações comunais e ao processo de desvalorização da figura da mulher, particularmente da mulher rural que, por vezes, é acusada de ser a causa da pobreza de sua comunidade, por ter muitos filhos ou por continuarem fazendo agricultura de subsistência enquanto, para o capitalismo, elas deveriam estar entregando suas terras aos bancos como garantias de empréstimos.

Para Federici, assim se dá a expansão das relações capitalistas que ocorrem em escala mundial pelo ataque à comunidade e à agricultura comunal. Atacar mulheres e a natureza é a maneira mais efetiva de fazê-lo. Contudo, as mulheres são muito importantes para manterem juntas as relações comunais e a reprodução da comunidade. Florestas tropicais desaparecendo, o afinamento da camada de ozônio, poluição do ar e das águas atingindo níveis inimagináveis, pecuária industrial intensiva, pessoas exploradas e escravizadas, ataques à subsistência e às mulheres, destruição massiva da natureza: assim, os comuns terrestres cansados, encontram corpos humanos cansados. Apesar disso, vem tomando forma uma conscientização global de que o capitalismo é insustentável e que há a urgência de um sistema socioeconômico diferente, visto que ele tende a desenvolver mais crises e degradação. Se a exploração irreversível da maior parte do planeta durante séculos não ofereceu as mínimas condições reprodutivas a todos, esse sistema está falido e está sendo sustentado pelo uso da força (FEDERICI, 2022).

Shiva e Mies (1993) enfatizam que cada vez mais — particularmente entre os jovens — as pessoas sentem que não há futuro para elas nesse cenário de valorização do lucro acima da vida e reivindicam mudanças fundamentais. Logo, questionam: “Qual é a alternativa?” Eles querem apenas remover um ditador e a corrupção ou eles querem um sistema totalmente

novo baseado em uma nova visão de mundo?”<sup>16</sup> (SHIVA; MIES, 1993, p.17, tradução livre). De acordo com Shiva e Mies, esse *novo mundo* só é possível quando “[...] as pessoas começarem a semear novas sementes enquanto nós ainda estamos vivendo nesse *velho mundo*. Levará tempo para essas sementes crescerem e darem frutos, mas muitas pessoas já começaram a semeá-las”<sup>17</sup> (p.24, tradução livre).

Mediante as contribuições dos feminismos críticos expostos acima, podemos concluir que as teorias feministas possuem conhecimentos importantes à Educação Ambiental visto que são mundialmente reconhecidas, excluindo as exceções do feminismo liberal e de qualquer feminismo transfóbico, por articular as opressões de gênero, raça/etnia e classe. Por isso, estes conhecimentos devem ser reconhecidos e incorporados pela Educação Ambiental Crítica. Eles mostram que as opressões classistas, racistas e de gênero não só possuem elementos históricos que revelam sua abrangência e que ainda se fazem presentes nos dias atuais. Na próxima seção, serão apresentadas formas pelas quais esses sistemas de dominação atuam na contemporaneidade.

## 2.2 Cercamentos, caça às bruxas e a desigualdade social na sociedade contemporânea

Nesta seção é atingido o objetivo de analisar elementos históricos, econômicos e sociais a partir dos estudos feministas críticos e propor a partir destes, fundamentos de Educação Ambiental Crítica. São apresentadas informações sobre a dominação das mulheres e da natureza e seus desdobramentos na sociedade contemporânea, mostrando, especialmente, que a caça às bruxas ainda é uma pauta atual. Retratando estatisticamente a exponencial desigualdade social decorrente dos enfrentamentos políticos e econômicos nos últimos tempos e como esta atinge mais bruscamente determinadas pessoas.

De acordo com Federici (2022) os antigos cercamentos foram um processo contra revolucionário mobilizado após um século de altos salários e em resposta às lutas do proletariado contra as autoridades feudais. As bases do sistema capitalista foram construídas devido ao enorme número de pessoas da classe trabalhadora, que após o cercamento das terras e bens comuns, tornaram-se dependentes da venda de sua força de trabalho. Paralelamente as expropriações e cercamentos, a caça às bruxas foi um instrumento de controle e domínio

---

<sup>16</sup> No original: What is the alternative? Do they just want to remove a dictator and corruption or do they want a totally new system based on a new vision of the world?” (SHIVA; MIES, 1993, p.17)

<sup>17</sup> No original: [...] people begin to sow new seeds of this ‘new world’ while we are still living in the old one. It will take time for these seeds to grow and bear fruit; but many people have already started sowing such seeds” (SHIVA; MIES, 1993, p.24)

direcionado aos corpos e à sexualidade das mulheres, que culminou na tortura e morte cruel como alternativa às que não aceitassem o papel atribuído a elas pelo sistema nascente: a segregação ao lar e à família tradicional e a responsabilização pela reprodução e manutenção da mão de obra, servilmente (ASSIS; PODEWILS, 2021).

Nesse processo violento de acumulação primitiva, os espaços comunais de uso coletivo foram usurpados e os camponeses e agricultores foram expropriados de suas terras. Elas foram retiradas da coletividade e confiscadas por grandes proprietários e oficiais do Estado para alimentar o mercado internacional de *commodities*<sup>18</sup> agrícolas e criar uma grande quantidade de trabalhadores assalariados desprovidos de meios de subsistência (FEDERICI, 2022).

Podemos perceber que a exploração e a submissão dos trabalhadores aos recentemente detentores dos meios de produção é um fator constituinte do modo de produção capitalista. Contudo, a maneira pela qual a natureza e a mulher foram diretamente violentadas nesse processo traz luz à necessidade intrínseca do capital de subsumi-las. É a partir da exploração do trabalho das mulheres, de seus corpos e de sua sexualidade e a partir da degradação ambiental, dos desmatamentos e do extrativismo industrial que o capitalismo constrói a base da produção industrial e da reprodução do capital. O que revela que elas são, na verdade, pilares indispensáveis na produção, manutenção e expansão dessas relações de produção social.

Embora a ascensão do capitalismo tenha ocorrido há séculos atrás, os cercamentos permanecem um denominador comum da experiência proletária mundial, visto que não podem ser considerados processos extintos no alvorecer do capitalismo. Os cercamentos são uma recorrência regular pelas quais se expande permanentemente a acumulação capitalista, e, por isso, são um componente estrutural da luta de classes desde então. Desde a década de 1970, novos cercamentos vêm ocorrendo através de uma reorganização mundial do processo de acumulação que resulta em trabalhadores desenraizados de suas terras, transplantados para as Américas e distantes de suas comunidades de resistência.

Os dados da Oxfam sugerem que 85% dos 107 empréstimos relacionados à Covid-19 concedidos pelo FMI levarão 73 países à austeridade assim que a crise ceder. Dois terços de todos os países de renda baixa e média-baixa já cortaram seus orçamentos para educação desde o início da pandemia - orçamentos que já eram em grande parte insuficientes antes do início da pandemia (OXFAM, 2022, p.16).

---

<sup>18</sup> Produto básico em forma de mercadoria. (FEDERICI, 2022).

Trajados como a salvação de povos “primitivos” e “subdesenvolvidos”, programas de investimentos e ofertas de empréstimos em territórios como África, Ásia e América Latina, são oferecidos pelos governos e por organizações internacionais como solução para problemas como a crise da dívida em nome do programa de ajuste estrutural. Entretanto, os problemas que essas organizações propõem-se a resolver são aqueles dos quais elas se utilizam para produzir o fim do controle comunitário sobre os meios de subsistência e a expansão desenfreada da economia capitalista. Nesse contexto, a crise da dívida, a falta de moradias e o colapso do socialismo são tratados como fenômenos distintos pelas mídias e pela esquerda. “No entanto, são aspectos de um único processo que opera em todo o planeta de maneiras diferentes e completamente interdependentes” (FEDERICI, 2022, p. 64).

Após endividamentos causados pela oferta de recursos financeiros em prol do desenvolvimento, bancos exigem que terras agrícolas sejam entregues, para que empréstimos estrangeiros sejam parcialmente perdoados. Sem poder de subsistência, os trabalhadores são forçados a buscar os baixos salários do mercado internacional. Vulneráveis perante a lei, os tribunais e a polícia, são logo reconhecidos por esses como vagabundos, criminosos, traficantes, vendedores ambulantes e refugiados. “Maior desigualdade gera mais criminalidade, menos felicidade, menos confiança e mais violência. Isso torna impossível alcançar o objetivo de extinguir a pobreza do mundo (OXFAM, 2022, p.13).

Enquanto suas comunidades seguem em condições precárias de sobrevivência, dependendo, por vezes, do salário de trabalhadores imigrantes, eles tornam-se mão de obra móvel e de baixo custo para o mercado internacional de trabalho. “A desigualdade nos dias de hoje é tão abissal quanto era no auge do imperialismo ocidental no início do século 20” (OXFAM, 2020, p.10). Enquanto trabalhadores e trabalhadoras assalariados e não assalariados enfrentam gentrificação<sup>19</sup>, crise agrícola, colapso da rede de segurança social e quebra de sindicatos, a exploração capitalista gera a perda de bens comuns naturais essenciais à vida, como a camada de ozônio. A emissão de CO<sub>2</sub> produzida por 20 dos bilionários mais ricos do planeta é 8.000 vezes maior que a emissão de bilhões de pessoas mais pobres (OXFAM, 2022).

---

<sup>19</sup> Fenômeno situado no quadro do desenvolvimento desigual da economia capitalista que propõe a reestruturação de espaços urbanos residenciais e de comércio independentes com novos empreendimentos prediais e de grande comércio, causando a remoção de pequenas lojas e das residências dos moradores. Justificada pelo desenvolvimento econômico da região, a gentrificação afeta diretamente a população de baixa renda, tanto as que são removidas da região quanto as que permanecem, visto que é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada (SANTOS, 2014).

O capitalismo, ao longo dos tempos, mostra que as condições de vida e o bem estar social só têm a piorar para a grande maioria das populações. Mais do que nunca, há grupos que acumulam riquezas que acabariam com algumas mazelas mundiais, enquanto a maioria vive na escassez e no desespero. A desigualdade social é, na verdade, uma forma de violência econômica, “[...] pela qual políticas estruturais e sistêmicas e escolhas políticas que são enviesadas em favor dos mais ricos e poderosos resultam em danos diretos à grande maioria das pessoas comuns no mundo todo (OXFAM, 2022, p.12).

O contexto pandêmico foi determinante para esclarecer que enquanto a grande maioria da população foi diretamente afetada pela fome, pela morte e pela doença, alguns grupos sequer tiveram rotinas afetadas por longo tempo. Enquanto faltavam leitos, testes e vacinas à população doente, milhares de testes eram comprados para shows e festas particulares. Em julho de 2021, “[...] o homem mais rico do mundo foi com seus amigos ao espaço em seu foguete de luxo, enquanto milhões morriam desnecessariamente debaixo dele porque não tinham acesso a vacinas ou não podiam comprar comida” (OXFAM, 2022, p.9-10). Enquanto isso, muitos sonhavam apenas com o privilégio de poder ficar em casa sem passar fome, outros viajavam, iam a festas, reuniam amigos e familiares quantas vezes desejassem, protegidos pelo luxo de poder comprar inúmeros testes e de possuírem acesso ao melhor que os serviços privados de saúde podem ofertar. Aqueles que foram brutalmente mais afetados possuem claro, gênero, classe e raça/etnia muito específicas.

O atendimento de saúde de boa qualidade, que deveria ser um direito humano assegurado, tornou-se um artigo de luxo para pessoas que podem comprar uma vida longa e saudável enquanto a economia da desigualdade se agrava mundialmente. O enriquecimento contínuo da classe capitalista torna inegável o fato de que há riqueza produzida o suficiente para resolver a maior parte dos problemas mundiais, contudo, essa riqueza está nas mãos de milionários e bilionários que, claramente, não estão pagando sua parte justa.

Em todos os continentes, verifica-se a ocorrência do maior aumento anual na riqueza bilionária desde o início dos registros:

Ele é possibilitado pela disparada dos preços do mercado de ações, uma explosão de entidades não regulamentadas, um aumento no poder de monopólio e na privatização, juntamente com a erosão das taxas e regulamentos de impostos corporativos individuais e dos direitos e salários dos trabalhadores todos auxiliados pela utilização do racismo como arma (OXFAM, 2022, p.10).

A maneira pela qual as minorias são intensamente mais afetadas pelas medidas de austeridade está explícita, não somente aos olhos, mas também contida nos dados estatísticos. Hoje, 5,6 milhões de pessoas morrem todos os anos em países pobres. Estima-se que em oito

anos, a crise climática poderá ter matado em torno de 231 mil pessoas por ano nesses países devido à desigualdade, que tornou-se um fator mais assertivo à morte por COVID-19 do que a idade. Em São Paulo, no Brasil, as pessoas mais pobres têm expectativa de vida 14 anos menor do que a expectativa de vida das que vivem nas áreas mais ricas. Paralelamente, em Bangladesh as pessoas enfrentam um índice de morte por COVID-19 cinco vezes maior do que a população branca da Inglaterra.

Aproximadamente 3,4 milhões de afro-americanos estariam vivos hoje se possuíssem a mesma expectativa de vida que pessoas brancas. O progresso da luta pelos direitos das mulheres, por exemplo, teve sua meta de paridade alterada de 99 anos para 135 anos, resultando em 36 anos de atraso. Enquanto as mulheres continuam enfrentando uma segunda pandemia causada pelos aumentos cruéis nos índices de violência, “[...] ao mesmo tempo em que, como em todas as crises, têm que absorver o choque de uma grande carga de trabalho não remunerado que as mantém presas na linha de baixo da economia global” (OXFAM, 2022, p.9).

A classe trabalhadora vem sendo diretamente atacada pela violência econômica e estrutural, e por quarenta anos de neoliberalismo e de escolhas políticas e econômicas compradas por elites ricas, poderosas e corruptas, que resultam na insegurança econômica e alimentar em que a maioria das pessoas no mundo se encontram atualmente. Com impactos econômicos coletivos de uma perda de 800 bilhões de dólares em seus avanços em 2020, as mulheres são atingidas diretamente, visto que na América Latina enfrentam uma redução de 9,4% nas vagas de emprego e um aumento significativo no trabalho de cuidados não remunerado — que antes da pandemia já era estimado em 12,5 bilhões de horas por dia. Além disso, as trabalhadoras informais são triplamente atingidas, pois além do desemprego e do trabalho de cuidados não remunerado, defrontam-se com o trabalho informal pouco remunerado, inseguro e precário (OXFAM, 2022).

O que podemos inferir a partir desses dados é que milhões de pessoas teriam sobrevivido se tivessem acesso à vacina, contudo, elas morreram sem uma chance sequer de proteção ao vírus, enquanto as grandes farmacêuticas enriqueciam com os lucros do que deveria ser um bem público global, como prometido pelos governantes. “Este apartheid de vacinação está tirando vidas e aumentando as desigualdades em todo o mundo” (OXFAM, 2022, p.8). Nesse cenário de extermínio são grandes os contrastes entre nações ricas que conseguem vacinar sua população e retornar a um certo nível de normalidade e nações “subdesenvolvidas” incapazes de resistir ao turbilhão econômico criado pela pandemia do coronavírus.

Quando a pandemia teve início, a sociedade já se encontrava cheia de rachaduras que tornaram-se abismos que ameaçam a coesão social e intensificam a crise climática tornando-a um a barreira quase que intransponível, que inevitavelmente afetará até mesmo os negacionistas<sup>20</sup> mais convictos. “Ao não vacinar o mundo todo, os governos permitiram as condições para que o vírus da Covid-19 sofresse mutações perigosas. Ao mesmo tempo, eles também criaram as condições para uma variante inteiramente nova de fortunas bilionárias” (OXFAM, 2022, p.10).

O IPCC (2022) é o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, um grupo estabelecido pelas Nações Unidas para monitorá-las em escala global. Com foco nos impactos de clima, adaptação e vulnerabilidade, o relatório AR6 *Work Group II* relaciona diretamente a pobreza a uma maior vulnerabilidade frente às mudanças climáticas. O relatório afirma que os impactos climáticos intensificam a desigualdade, isso porque as mudanças climáticas e os perigos relacionados a elas como, secas, inundações, estresse térmico, entre outros, afetam diretamente a vida das pessoas que terão que adaptar seu modo de vida para lidar com esses impactos, e isso requer por exemplo, recursos financeiros para reconstrução de moradias, para a climatização dos ambientes ou para adaptações necessários aos desafios presentes e futuros.

A maneira pela qual as pessoas são afetadas pela degradação ambiental e suas consequências é diretamente atravessada pela classe social em que ela se encontra, pelo gênero com o qual se identifica e principalmente por sua raça/etnia. A vulnerabilidade dessas pessoas se intensifica devido ao pouco ou quase nenhum acesso que elas possuem a tecnologias, dinheiro e influência política. A degradação ambiental afeta de forma diferente os diferentes grupos sociais e as mulheres sofrem esse impacto diretamente.

Não é apenas a pobreza que pode tornar as pessoas mais vulneráveis às mudanças climáticas e aos riscos relacionados ao clima. Desvantagens devido à discriminação, desigualdades de gênero e renda e falta de acesso a recursos (por exemplo, pessoas com deficiência ou de grupos minoritários) podem significar que esses grupos têm menos recursos para se preparar e reagir às mudanças climáticas e para lidar e se recuperar de seus efeitos adversos. São, portanto, mais vulneráveis. Essa vulnerabilidade pode aumentar devido aos impactos das mudanças climáticas em um ciclo vicioso,

---

<sup>20</sup> Há o negacionismo científico, que tem como principais expoentes atualmente o movimento antivacina e o terraplanismo. Há o negacionismo climático, ancorado na negação do colapso ecológico em curso. Observamos também um crescente negacionismo histórico, baseado na negação de acontecimentos históricos amplamente conhecidos, como a ditadura militar no Brasil e o holocausto. Poderíamos acrescentar ainda outro negacionismo bastante presente na realidade brasileira, até mesmo constituinte do projeto de Estado-Nação no Brasil: o negacionismo do racismo, ancorado no mito da democracia racial (MOREL, 2021, p.1).

a menos que medidas de adaptação sejam apoiadas e possíveis<sup>21</sup>. (IPCC, 2022, p. 1251, tradução livre)

A desigualdade social e a destruição da natureza são condição essencial desse modo de produção. Portanto, não há reformas capazes de transformar o capitalismo em um modo de produção mais humano, visto que isso culminaria em seu fim. Qualquer promessa de milagre dentro dessa forma de produção social é irrealizável e provavelmente contém segundas, terceiras, quartas e quintas intenções por detrás. “Problemas sistêmicos exigem soluções sistêmicas, em vez de tentativas fragmentadas de tratar os sintomas no lugar da própria doença” (OXFAM, 2022, p.5). É a violência instaurada em um sistema econômico e cultural que está destruindo a natureza e explorando pessoas, especialmente mulheres. Por isso, podemos concluir que a relação entre a degradação da natureza e a dominação das mulheres está explícita nos modos de produção e reprodução social e nas formas de dominação capitalista, patriarcal e colonizadora.

Até então, foram apresentadas algumas das formas pelas quais a opressão de gênero, raça/etnia e classe afetam diretamente as pessoas na contemporaneidade expondo que as mulheres ainda enfrentam novas formas de caça às bruxas que determinam as suas vidas e também a sobrevivência do planeta. Essas problemáticas datam de longo tempo mas, infelizmente, ainda são atuais. O que torna-se mais perceptível na próxima seção, onde é compartilhada uma reflexão acerca da práxis de uma Educação Ambiental Crítica feminista marxista que fundamentou uma experiência de estágio de docência. Nesta experiência, muitos relatos das participantes revelam e confirmam a presença desses mecanismos de dominação e domesticação na vida das integrantes.

---

<sup>21</sup> No original: It is not just poverty that can make people more vulnerable to climate change and climate-related hazards. Disadvantage due to discrimination, gender and income inequalities and lack of access to resources (e.g., those with disabilities or of minority groups) can mean these groups have fewer resources with which to prepare and react to climate change and to cope with and recover from its adverse effects. They are therefore more vulnerable. This vulnerability can then increase due to climate change impacts in a vicious cycle unless adaptation measures are supported and made possible (IPCC, 2022, p.1251).

### **3. Práxis de Educação Ambiental Crítica Feminista Marxista**

Nesta seção, o objetivo atingido é refletir sobre a práxis de Educação Ambiental Crítica. Nela, o Grupo de leituras emergentes Silvia Federici é apresentado e analisado enquanto práxis de Educação Ambiental Crítica feminista marxista. O objeto de estudo do projeto de estágio de docência foi a obra “O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação” de Silvia Federici. A partir das experiências formativas do grupo, a Educação Ambiental crítica é analisada enquanto uma teia de conteúdos multidisciplinares que reunidos em uma área do conhecimento contrapõem as opressões de gênero, raça/etnia e classe. São apresentadas também, reflexões provenientes do planejamento e realização do curso, bem como observações tecidas a partir dos encontros e futuros desdobramentos possíveis.

#### **3.1 O Grupo de Leituras Emergentes (GLE) - Silvia Federici**

Os primeiros capítulos desta dissertação foram voltados a uma análise teórica de categorias marxistas além de um breve panorama das teorias feministas críticas. A análise dos elementos teóricos é fundamental para a compreensão da materialidade histórica e para construir um arcabouço teórico que possibilite analisar a sociedade de uma forma mais profunda e consciente. Além disso, aprofundamento teórico é fundamental para assegurar a coerência entre a teoria e a ação, é ele que possibilita que a abordagem metodológica desta pesquisa não se torne puro ativismo<sup>22</sup>, mas práxis.

Ao analisarmos a práxis de Educação Ambiental Crítica não estamos nos afastando da análise teórica, mas sim situando-a na materialidade histórica que nos é pertencente. É nesse movimento que fundamentos marxistas e feministas críticos podem ser percebidos enquanto saberes multidisciplinares que compõem a Educação Ambiental Crítica. Pois se já determinamos que a Educação Ambiental é um complexo social (PODEWILS, 2019), sabemos que ela é construída a partir das relações entre pessoas. Ainda que consideremos análises exclusivamente teóricas, essas análises são realizadas a partir de estudos de outras pessoas.

---

<sup>22</sup> Paulo Freire propõe pensar a prática para transformá-la, tendo presente que entre teoria e prática existe uma relação dialética, uma teoria sem prática é verbalismo, mas uma prática sem teoria é ativismo. É preciso admirar a prática para desenvolver um exercício da abstração e descobrir o vínculo dialético entre conceito e prática: é a prática que dá fundamento ao conceito que emerge da prática como reconstrução racional dos dados conhecidos da realidade, e regressa à prática, penetra nela, conhecendo a melhor para melhor poder transformá-la. (FREIRE, 2005, p.39)

A importância deste capítulo reside na necessidade de articular teoria e ação em uma experiência que dê conta de fazer com que o aprofundamento teórico não tenha um fim em si mesmo, mas seja analisado a partir do contexto histórico que vivemos e dos cotidianos nele inseridos de forma que desta práxis possam destacar-se novos aprofundamentos a serem realizados. A ação possui, dentre muitas, a finalidade de retroalimentar a teoria, por isso, este capítulo foi pensado a partir de uma experiência de docência atravessada pelas categorias teóricas apresentadas anteriormente, um curso de Educação Ambiental Crítica feminista marxista..

A importância de demarcamos este curso como uma atividade de docência de Educação Ambiental Crítica feminista marxista reside na necessidade de incorporar fundamentos feministas marxistas à Educação Ambiental Crítica. Estes fundamentos ainda necessitam ser consolidados no campo e, por isso, necessitam ser nomeados, não de forma a caracterizar um novo tipo de Educação Ambiental Crítica, mas sim porque é fundamental incorporar a crítica feminista marxista à Educação Ambiental Crítica já consolidada. Isto porque, precisamos reconhecer todas as formas de dominação que afetam a sociedade e ampliar a crítica da Educação Ambiental do capitalismo ao patriarcado e ao colonialismo. Ao não incorporarmos o feminismo marxista à Educação Ambiental Crítica recai-se na errônea hierarquização de opressões que deslegitima lutas e invisibiliza grupos marginalizados.

Há também outros fundamentos que gostaríamos de incorporar à Educação Ambiental Crítica para situar determinadas pautas no âmago de suas teorizações e discussões: fundamentos anti racistas, anti imperialistas, decoloniais, antilgbtfóbicas, anti capacitistas, etc. Isto porque, a atuação da Educação Ambiental Crítica não consiste em simplesmente reproduzir a ideologia dominante, mas sim em desafiar as bases de toda e qualquer opressão, rompendo com as estruturas hierárquicas da educação tradicional, baseada na perpetuação das relações capitalistas e na formação de trabalhadoras submissas.

Uma Educação Ambiental Crítica feminista marxista reconhece nas diversas lutas da classe trabalhadora fundamentos elementares para o desenvolvimento da consciência crítica. Isto porque para a Educação Ambiental Crítica, promover a construção de uma consciência fortalecida em relação às estruturas dominantes que afetam as mulheres, a natureza e a sociedade deve ser fundamental.

Incorporar a crítica feminista marxista ao arcabouço da Educação Ambiental Crítica significa ampliar seu horizonte de atuação fortalecendo a aproximação das teorias feministas de forma que possa contrapor ao mesmo tempo a opressão de classe, gênero e raça, ou seja, as formas de opressão que atravessam a totalidade da classe trabalhadora. É por isso que

julgamos que certos elementos teóricos feministas marxistas deveriam ser considerados fundamentos de Educação Ambiental Crítica, pois, um feminismo antcapitalista e incisivo se torna essencial na busca de atacar as raízes capitalistas da opressão da classe trabalhadora como um todo.

Os fundamentos teóricos que alicerçaram o planejamento das atividades, a escolha do seu conteúdo e a práxis pedagógica de mediação e discussão adotada foram os apresentados previamente nesta dissertação. Ou seja, o curso foi abordado a partir dos fundamentos Trabalho e Reprodução Social. Estes fundamentos foram abordados não somente enquanto princípio filosófico orientador mas também enquanto conteúdo das discussões, na intenção de retomar o trabalho como fundante do ser social e reconhecer a Reprodução Social enquanto trabalho, a fim de identificar o horizonte de opressão existente mesmo antes da exploração capitalista.

A partir destes fundamentos, que são importantes à Educação Ambiental Crítica é que se escolheu o conteúdo a ser problematizado através do curso. A obra escolhida apresenta uma análise crítica frente à história das mulheres, a violência patriarcal e a exploração capitalista. Ela analisa a Sociedade através da História desde a ascensão do capitalismo. O que o estudo desta obra possibilita é identificar outros horizontes de opressão através dos quais se desenvolveram a alienação do trabalho, ou seja, é um estudo potente para articulação das lutas de classe, gênero e raça/etnia, tão necessárias à Educação Ambiental Crítica, pois na obra, as problemáticas socioambientais são abordadas a partir de uma visão do capitalismo, colonialismo e do patriarcado em distintas fases e em articulação entre si.

A obra não analisa estes sistemas de dominação a partir de uma teoria dualista em que capitalismo e patriarcado são considerados dois sistemas independentes entre si, Federici (2017) analisa patriarcado e capitalismo a partir da teoria unitária, ou seja, ela reconhece a coalizão entre patriarcado e capitalismo e como estes sistemas atuam de forma indissociável na vida das pessoas. Não analisa o capitalismo patriarcal apenas em um recorte específico mas em toda sua expansão metastática, que acontece quando todo esse construto ideológico econômico e social reproduz-se e ramifica-se em escala mundial.

Com isto em mente, iniciamos o planejamento, a organização e a produção dos materiais didáticos que foram utilizados para promover o diálogo durante o curso. O Grupo de Leituras Silvia Federici foi organizado coletivamente por um grupo de três estudantes do grupo de pesquisa do qual faço parte<sup>23</sup> e supervisionado por três docentes do Programa de Pós

---

<sup>23</sup> Neste capítulo, escrevo em terceira pessoa pois falo de uma experiência vivida por mim e por duas colegas, enquanto mediadoras de uma experiência de docência.

Graduação em Educação Ambiental. O estudo foi organizado em formato de curso e estágio de docência, vinculado ao Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes (GEFE/FURG), que desenvolve projetos de extensão de Grupos de Leitura dos quais já havíamos participado como estudantes.

O GEFE é composto pelo entrelaçamento de temáticas filosóficas que se propõem a colaborar com a compreensão sobre as dimensões sociais e históricas do ser humano e de suas relações na atualidade. Conceitos como produção e reprodução social, ética, estética, política e epistemologia perpassam questões latentes à vida cotidiana. Os sentidos da formação humana; a natureza e a Educação Ambiental; mulheres, feminismos e esquerdas; raça, classe e sexualidade, são alguns dos atravessamentos cotidianos que, desenvolvidos teoricamente pela via da Filosofia e da Educação Filosófica ganham materialidade nas lutas anti-opressão (BRASIL, 2023)<sup>24</sup>.

O curso foi ofertado para estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação e membros da comunidade. Os encontros ocorreram de 10 de maio a 28 de junho de 2022 aos sábados das 10h às 12h com um encontro de abertura para apresentação da proposta do curso e um encontro de encerramento com espaço para diálogo sobre a experiência do curso, sugestões, dicas e comentários para as mediadoras que pudessem contribuir com futuras edições.

A plataforma de divulgação do projeto foi o *Instagram*®, através do qual o *link* para inscrições via SINSC<sup>25</sup> foram compartilhadas. Foi utilizado o perfil do Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes (GEFE/FURG)<sup>26</sup>, ativo e já consolidado com aproximadamente dois mil e trezentos seguidores e com um bom índice de interação, que tem a classe trabalhadora como público alvo de seus conteúdos. Realizamos um estudo prévio e a sistematização dos conceitos centrais da obra pelas pesquisadoras em preparação para os encontros síncronos através da leitura e discussão da bibliografia do projeto, bem como de bibliografias auxiliares<sup>27</sup> e o planejamento dos encontros.

Iniciamos com uma turma de vinte participantes e encerramos o curso com 18 participantes certificadas com presença acima de 70% no curso. O projeto perpassou a

<sup>24</sup> <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/784692>

<sup>25</sup> Sistema de inscrições da Universidade Federal do Rio Grande (FURG): <https://sinsc.furg.br/detalheseventos/1321>

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/gefeneseextremosul/>

<sup>27</sup> Dentre as bibliografias complementares está o livro *Feminismo para os 99%: um manifesto* de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. Bem como o livro *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* de Heloísa Buarque de Holanda. Também foram utilizados o livro *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica* de Joana Maria Pedro, a tese *Sobre presenças e ausências na Educação Ambiental Crítica* de Alana Pedruzzi, o livro *O que é Educação Ambiental* de Marcos Reigota e a obra *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero* de Rachel Soihet e Joana Maria Pedro.

discussão de conceitos e categorias feministas de Educação Ambiental Crítica, contribuindo para o estímulo às reflexões sobre a sociedade capitalista e patriarcal na busca pela emancipação e transformação social na sociedade contemporânea.

O projeto teve como objetivos investigar a obra *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva* a partir de sua contribuição para o campo das Filosofias Emergentes no âmbito da Educação Ambiental Crítica; sistematizar os conceitos centrais da obra em estudo; conhecer e compreender a relação entre os conceitos e a materialidade histórica da vida da classe trabalhadora, em especial, as mulheres; refletir sobre as possibilidades de atuação social a partir das Filosofias Emergentes; relacionar os conceitos da obra em estudo com a possibilidade de transformação social e emancipação na sociedade capitalista contemporânea a partir dos pressupostos da Educação Ambiental Crítica.

Dentre os temas discutidos destacaram-se: trabalho reprodutivo, patriarcado do salário; degradação da natureza; reprodução social; acumulação primitiva; capitalismo e a divisão sexual do trabalho; caça às bruxas e a supremacia masculina; domesticação das mulheres; colonização e cristianização. Os encontros ocorreram aos sábados pela plataforma *google meet*.

As leituras eram realizadas semanalmente antes dos encontros que eram iniciados por um momento de recepção e livre diálogo entre as participantes, seguidos de uma relatoria do capítulo realizada pelas mediadoras que apresentava uma breve síntese da leitura apresentada em *powerpoint* relacionada com elementos da cultura contemporânea como vídeos, notícias de jornal, obras de arte, bem como vídeos que retratam o contexto histórico da obra estudada. As imagens fotográficas e vídeos utilizados eram de domínio público e foram obtidos, principalmente, em canais do *Youtube* e *websites* de notícias.

No primeiro encontro, apresentamos a temática do livro como uma temática de Educação Ambiental Crítica, apresentando a Educação Ambiental Crítica a partir da tese de Pedruzzi (2019) e analisando-a como um campo da Educação Ambiental fortalecido pela crítica à sociedade de classes, mas que também deve contrapor outras formas de opressão. Para as participantes, o conceito de Educação Ambiental foi construído a partir de todas as formas de desigualdade social, de forma que compreenderam que as críticas feministas devem também ser pertencentes à Educação Ambiental Crítica.

Não houveram muitas dúvidas quanto a esse esclarecimento, mesmo que a maioria das integrantes estivessem experienciando sua primeira aproximação com a Educação Ambiental. Acreditamos que o sucesso disto se refere à bibliografia utilizada, que apresenta a Educação Ambiental a partir de uma análise histórica muito aprofundada e completa. Notamos, por

vezes, que enquanto as participantes do GLE compreendem com facilidade o que a Educação Ambiental Crítica deve contrapor de forma que compreenderam também que crítica da Educação Ambiental precisa ser ampliada e não pode ter um recorte exclusivamente classista.

Dentre as discussões problematizadas durante os encontros, questionar o papel da Educação Ambiental Crítica foi um exercício constante para as mediadoras e participantes, contudo, a escolha da obra e os cotidianos das participantes continham fundamentos sólidos para proporcionar uma reflexão filosófica, principalmente questionando diálogos estabelecidos e rejeitando a invisibilidade imposta às mulheres e a outros grupos marginalizados.

Ao analisarmos a vida das mulheres no passado e agora, podemos perceber determinados padrões de acontecimentos que são reconhecidos como vivenciados pelas mulheres desde o fim do feudalismo até a contemporaneidade. Federici (2017) analisa estes acontecimentos de forma que seja possível compreender como eles atuam simultaneamente, ou não, em escala global, possibilitando compreender a relação entre a exploração, extrativismo e genocídio, por exemplo, à caça às bruxas na Europa e como estes acontecimentos engendraram a sociedade contemporânea e as vidas das pessoas nos dias de hoje.

Enquanto estudávamos os cercamentos das terras comunais e dos corpos e da sexualidade das mulheres há séculos atrás, paralelos eram traçados entre acontecimentos atuais, ou seja, formas contemporâneas de cercamentos, como, perseguições de mulheres em países diretamente afetados pela colonização, os cercamentos que expulsam comunidades originárias de seus territórios, o tráfico internacional de mulheres, casamentos de noivas crianças, entre outros. Foram relatados também processos de cercamentos urbanos onde comunidades são retiradas de seus lares em prol do desenvolvimento e alocadas em locais inapropriados com residências de qualidade duvidosa que não atendem às necessidades das pessoas. Outro fator mencionado foi a relação entre o cercamento dos corpos das mulheres e o fato de que ainda hoje o aborto é ilegal e há pouco tempo uma mulher sequer poderia fazer um procedimento cirurgico de laqueadura sem a assinatura do marido.

Conforme as participantes iam apropriando-se dos conteúdos da obra, relatos pessoais foram compartilhados, destacaram-se relatos de violência obstétrica, de assédio sexual, de altas cargas de trabalho e desvalorização salarial, muitos relatos acerca da solidão que as mulheres vivenciam, por vezes, no puerpério e na maternidade, relatos de apagamento cultural e de demonização de determinadas culturas e religiosidades, relatos de importunação sexual, dentre muitos outros relatos de exploração. Em um dos encontros, dialogamos sobre as

diferenças intergeracionais nas quais identificamos muita violência e opressão na vida de mães, avós, irmãs, bisavós.

Quanto mais voltássemos no tempo, maiores eram os relatos de trabalho reprodutivo no cerne familiar, de mulheres que dedicaram suas vidas ao trabalho de cuidado de outras pessoas, por vezes submetidas à violência e ao abuso sexual. Entre nós, haviam muitas netas de avós que foram casadas à força com treze ou quatorze anos de idade, o que é doloroso reconhecer principalmente para as participantes mães com filhas da mesma idade.

A partir do estudo da obra, analisamos relatos de violência obstétrica que, por vezes, podem estar ligados a imposição da masculinização da obstetrícia ou à marginalização da parteira, com a imposição de médicos homens nas salas de parto para que decidissem pelas mulheres em favor do Estado e da família patriarcal. Discutimos também que a discriminação sofrida pelas mulheres, como mão-de-obra remunerada está diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar.

Ainda hoje, mulheres que não querem ter filhos e/ou relacionamentos que fogem a heteronormatividade ou qualquer contravenção à expectativa capitalista e patriarcal continuam atualmente sendo punidos, por vezes assassinadas, visto que seria impossível colocar em prática o tipo de família exigida pelo senso comum da burguesia nessas configurações. O contexto em que surge a família enquanto instituição para assegurar a transmissão da propriedade privada e a reprodução da força de trabalho é a caça às bruxas, período em que aprovaram-se leis que bonificam o casamento e penalizam o celibato, período marcado pela intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da vida familiar, influência que reverbera até os dias atuais.

Foi possível relacionar estes relatos com a dominação dos corpos e da sexualidade das mulheres imposta pela caça às bruxas para que seus úteros se transformassem em território político, controlados pelos homens e pelo Estado para que a procriação seja colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI, 2017). Esse grande genocídio confinou as mulheres ao trabalho reprodutivo e isso reflete na realidade da vida delas até hoje.

Calibã e a bruxa mostra que, na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 34)

Destacaram-se também através dos relatos as mulheres que trabalharam na linha de frente no combate ao COVID-19, que passaram meses sem ver seus filhos e familiares

arriscando suas vidas ou até mesmo a perderam realizando um trabalho de Reprodução Social. As realidades vivenciadas por essas mulheres e de suas amigas e familiares estão intimamente conectadas com as categorias Trabalho e Reprodução Social devido à forma como a produção e reprodução social é organizada via capitalismo patriarcal.

Primeiro porque as pessoas envolvidas atuavam nesse complexo social, seja em instituições ou no seio familiar, segundo porque existe aí um recorte de gênero, terceiro porque o capitalismo patriarcal vem responsabilizando as mulheres por este trabalho através dos anos e este pode ser um dos motivos pelo qual o trabalho reprodutivo seja ainda tão desvalorizando, ou sequer reconhecido. Daí a importância de mover esforços para buscar retirar a Reprodução Social deste local de invisibilização e reconhecê-la como um fundamento de Educação Ambiental Crítica pode ser uma das maneiras de fazê-lo contribuindo para a transformação social para a maioria das pessoas.

Ao refletirmos conjuntamente sobre maternidade em seus diversos aspectos, questionamos: De que maneira a exclusão das mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido e das relações monetárias se relaciona com a imposição da maternidade forçada e a simultânea massificação da caça às bruxas? “A questão histórica mais importante que este livro aborda é como explicar a execução de centenas de milhares de “bruxas” no começo da Era Moderna e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 29). O genocídio dessas milhares de mulheres serviu à ascensão do capitalismo relegando às mulheres sobreviventes um processo de degradação social que foi fundamental para a acumulação capitalista que, por sua vez, está intimamente ligada ao racismo e ao sexismo. O que Federici denuncia é que a servidão como relação de classe ainda é uma realidade no patriarcado do salário.

Um dos elementos externos apresentados às estudantes durante a leitura do trecho que versa sobre a domesticação das mulheres submetidas aos domínios do capitalismo patriarcal, foi o *trailer*<sup>28</sup> do filme “Amaldiçoada”<sup>29</sup>. O contexto histórico do filme é o velho oeste norte americano (século XVIII), distinto cronologicamente e geograficamente do contexto europeu

---

<sup>28</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=KaITUnBWIU/>

<sup>29</sup> Na igreja, de costas para o púlpito enquanto fala em linguagem de sinais com a filha pequena, a jovem muda, Liz, ouve pela primeira vez a voz do novo pastor e seu semblante se transforma: é preciso fugir imediatamente, diz ela ao marido. Ali mesmo, uma mulher entra em trabalho de parto e Liz, que é a parteira local, escolhe perder a criança, para que a mãe sobreviva. Tornada [...] pária [...] do povoado do dia para a noite por incitação do pastor, Liz será a causa involuntária de várias desgraças. E, à medida que o filme retrocede no tempo, em capítulos que recebem nomes bíblicos, vê-se que o infortúnio vem de muito antes, e está sempre em seus calcanhares. Está, também, longe de terminar.

que estávamos analisando na obra (século XV) mas que denuncia como as violências às quais as mulheres estavam submetidas durante a caça às bruxas reproduziram-se e perduraram ao longo da História, mantendo-se ainda presente na atualidade.

Este vídeo foi apresentado para ilustrar de que forma as mulheres foram submetidas aos homens, bem como os perigo de morte que ameaçava qualquer tipo de transgressão. No filme, uma das personagens é castigada e obrigada a utilizar o *scol'd 's bridle* que traduzido em português pode ser chamado de *coibidor de mulheres rabugentas* ou *rédeas de censura*. Este objeto foi apresentado e ilustrado na obra estudada como um instrumento de tortura de mulheres amplamente utilizado para a domesticação destas e sua segregação ao trabalho reprodutivo.

Outro elemento externo que foi utilizado durante um dos encontros foi um *quiz*<sup>30</sup> intitulado: “Você seria condenada por bruxaria na Idade Média?”. O quiz foi produzido a partir da leitura do livro de forma que apresentasse às participantes elementos comuns de suas subjetividades que provavelmente poderiam ter sido usados para justificar a pena de morte pela fogueira quando expressados livremente por mulheres do medievo. As afirmações possuíam duas respostas possíveis: verdadeiro ou falso. Dentre elas: Você é mulher; você é atea ou não é católica; você não coloca sua sexualidade a serviço do Estado e/ou da religião; você não é heterossexual; você não é da classe dominante; você é feminista crítica; você estuda; você é solteira; você já desobedeceu a igreja católica; você já desobedeceu um homem; você toma decisões que dizem respeito ao seu corpo, independente de quais sejam, conforme os seus interesses e possibilidade; você possui e expõe opiniões; você não está disposta a trabalhar servilmente e gratuitamente; você acredita que os meios de produção não devem ser privatizados.

O teste possuía apenas dois resultados, “você sobreviveria” e “você provavelmente já estaria ardendo nas chamas do inferno!”. O primeiro resultado era alcançado caso todas as respostas fossem falsas, uma resposta verdadeira era o suficiente para definir o segundo resultado, que teve seu título inspirado no que os inquisidores definiam como o destino das mulheres assassinadas durante tamanho genocídio.

### Figura 1 - Quiz interativo

---

<sup>30</sup> <https://pt.quizur.com/quiz/voce-seria-condenada-por-bruxaria-na-idade-media-OqOO>



### Você provavelmente já estaria ardendo nas chamas do inferno!

Se você marcou verdadeiro para uma ou mais de uma opção, com certeza seria condenada à fogueira por bruxaria.



### Você sobreviveria

Mas mesmo queimando na fogueira, eu não botaria minha mão no fogo por você, tudo é motivo de bruxaria quando os interesses da classe capitalista estão em pauta.

**Fonte:** QuizUR, 2021.

Ainda sobre a presença de elementos da vida cotidiana que auxiliaram as discussões, em um dos encontros, discutimos a figura da bruxa na concepção da autora do livro através de um vídeo<sup>31</sup> no qual a escritora responde a pergunta: “As feministas devem recuperar a imagem da bruxa?”. E a comparamos à representação ideológica presente desta figura disseminada em filmes, séries e até mesmo programações infantis do *streaming* mais utilizado pelas participantes.

Foi apresentada uma imagem da busca pela palavra bruxa na plataforma *netflix*<sup>32</sup> que foi mencionada pela maioria como a mais utilizada. A partir das imagens analisadas, surgiram outros títulos de filmes e livros lidos e assistidos na infância e na vida adulta das participantes. Problematicamos a partir disto a figura da bruxa enquanto diabólica e má, destruidora de homens e que come criancinhas, imaginário presente na maioria das representações, imaginário este que retoma a construção ideológica utilizada contra às mulheres para queimá-las nas fogueiras durante a caça às bruxas.

Ao problematizar a figura da bruxa, retomamos as perseguições da caça às bruxas e as acusações de perversão sexual e infanticídio normalmente acompanhadas pela demonização de práticas contraceptivas, de forma que as mulheres começaram a ser executadas em grande escala por infanticídio e bruxaria. Eram condenadas de tornar homens sucubus de seus desejos, embora, ainda fossem retratadas como serva de um homem, o diabo, relação representada a partir de um contrato de casamento pervertido no qual ele representa a figura de seu dono e senhor, cafetão e marido quase que santificado pela supremacia

<sup>31</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=iO4rNi4WIIw&t=14s>

<sup>32</sup> <https://docs.google.com/presentation/d/1G7bZ8QTKnV4uAstrfGe7OajoSJfDjO9vAGicc4q1X6O/edit?usp=sharing>

masculina. Ainda reconhecemos esse construto ideológico da bruxa má presente na maioria das representações midiáticas da mulher.

Quanto mais recursos e elementos do cotidiano das participantes eram utilizados para fortalecer a discussão, mais acessível tornavam-se os conteúdos. A Educação Ambiental transpassou as discussões que formaram de forma quase imperceptível uma teia de conteúdos multidisciplinares que a princípio não eram percebidos pelas participantes como conteúdos de Educação Ambiental: feminismos críticos, conteúdos referentes à formação das participantes, povos tradicionais, imagens e expressões artísticas, como pinturas, poesias, etc, criando um espaço de diálogo e troca de saberes de diferentes áreas.

O uso das imagens e vídeos foi pensado como forma de trazer elementos que tornassem as apresentações didáticas e atrativas, e instigassem as discussões. As participantes contribuíram não somente durante as relatorias mas principalmente com as discussões posteriores. Em sua maioria, traziam elementos externos ao estudo da obra que facilitaram a atribuição de sentido como poesias, músicas, contribuições de outras obras feministas e de suas áreas de atuação.

Os encontros obtiveram alto envolvimento da grande maioria das participantes, que eram, majoritariamente estudantes e egressas de graduação e pós graduação. O grupo teceu discussões e construiu aprendizagens significativas coletivamente. O curso foi também uma ferramenta potente tanto de aprendizagem coletiva quanto para promover a coletividade entre mulheres, visto que a maioria mantém contato, planejando novos grupos de leituras e compartilhando discussões através do grupo de *whatsapp* que foi mantido após o término do curso.

**Figura 2** - Primeiro encontro do Grupo de Leituras Emergentes

## **Doutorandas e mestranda do PPGEA promovem grupo de estudos, para pensar Filosofia e Educação Ambiental!**

O Grupo de Leituras Emergentes (GLE) é uma  
atividade do Grupo de Pesquisa em Filosofias  
Emergentes (GEFE), vinculado do PPGEA/FURG  
e aberto à comunidade!



**Fonte:** Instagram®, 2022

Contudo, foi possível perceber que algumas participantes, mesmo já graduadas, afirmaram possuir alguma dificuldade com a leitura do livro que requer conhecimentos históricos prévios que possibilitam sua total compreensão. Ainda que a experiência do curso tenha sido positiva e frutífera para muitas participantes, reconheço a necessidade de tecer algumas reflexões sobre a menor parcela do grupo que relatou algumas dificuldades de compreensão e sobre a abrangência do curso.

Percebo aí uma oportunidade de refletir sobre de que outras formas estes conteúdos podem ser apresentados além de através do estudo de uma obra complexa com categorias de análise teóricas e históricas como esta. Dentre as dificuldades relatadas, os principais motivos mencionados foram o primeiro contato com uma leitura feminista de fundamento marxista que possui determinados temas e categorias teóricas específicos e a defasagem de conhecimentos históricos da educação escolar. O que leva à conclusão de que, embora facilmente apropriados pela maioria das integrantes, provenientes da comunidade acadêmica, faz-se necessário que conteúdos de Educação Ambiental Crítica como os apresentados tornem-se acessíveis de outras formas e a mais pessoas.

Através dos encontros virtuais pelo Google Meet, atingiu-se um grupo de pessoas diretamente ou indiretamente vinculadas a universidades, mas, para além das pessoas que já acessam determinados espaços de privilégio na sociedade, não há como não perceber, nesta experiência formativa, a ausência da comunidade não acadêmica. Essa ausência demarca a necessidade de pensar outras formas de compartilhar saberes críticos, mas também de buscar saberes críticos com a comunidade, por vezes estudados por anos por teóricos e filósofos mas tão óbvios nos cotidianos da classe trabalhadora.

Primeiramente, questiono-me se ao invés de uma proposta fechada não teria sido mais interessante que a proposta do curso fosse inspirada nas necessidades de aprendizagens e interesses das participantes. Isto porque a escolha da obra foi feita previamente pelas mediadoras e o critério de seleção foi a relação com as pesquisas das mediadoras e a apropriação dos conteúdos pelas proponentes do curso, o que é compreensível visto que para realizar uma proposta como essa é necessária determinada apropriação teórica.

Contudo, penso que, ainda há formas de ampliar um pouco mais a participação das estudantes na escolha da obra e dos conteúdos, mesmo que estes estejam, por vezes, limitados aos conhecimentos prévios das mediadoras. Ou seja, seus conhecimentos e leituras devem ser constantemente atualizados, pois, isto possibilitaria, por exemplo, que opções fossem apresentadas pelas mediadoras e escolhidas pelo grupo, o que mesmo de forma parcial, poderia ampliar a participação do grupo.

Segundo, o formato virtual do curso contribuiu para que pessoas de diferentes lugares participassem, o que enriqueceu as discussões e extrapolou limites geográficos, contudo, a oferta do curso permaneceu limitada a uma turma de 20 estudantes. O grupo era diverso, formado por militantes feministas, estudantes, algumas militantes partidárias outras não, mulheres do feminismo negro, algumas feministas marxistas, outras mais próximas das temáticas ecofeministas, advogadas e psicólogas que atuam com mulheres e que buscam atribuir à sua atuação uma abordagem feminista crítica, dentre outras. Um grupo profundamente envolvido cuja dedicação fez dessa experiência um sucesso. A procura por vagas foi intensa, com lista de espera, mas o acesso foi limitado para que houvesse espaço para aprofundamento dos debates de forma que toda a turma pudesse participar. O que me fez questionar se não seria mais abrangente estabelecer estratégias para que essa formação pudesse ser disponibilizada a mais pessoas.

O curso poderia, por exemplo, ter sido gravado e disponibilizado de forma aberta em plataformas audiovisuais, como o *youtube*, de forma que mesmo as pessoas que não conseguiram inscrever-se dentro do limite de vagas ou que não possuem horário disponível

devido ao trabalho pudessem acessar os estudos e discussões realizados. As redes sociais, neste caso, podem ser uma forma de compartilhar conhecimentos de forma que tornem-se acessíveis nos cotidianos mais atarefados.

Terceiro, porém não menos importante, reflito sobre a necessidade de, além de ofertar grupos de estudos como este que acabam atingindo majoritariamente a comunidade acadêmica, pensar outras formas e outras linguagens de compartilhar e receber contribuições sobre os fundamentos do livro estudado de forma que seu alcance seja ampliado e que ultrapasse o âmbito da academia. Para que seja possível adquirir a abstração necessária para refletir filosoficamente sobre fundamentos teóricos marxistas de Educação Ambiental Crítica, é necessário identificá-los e analisá-los, primeiramente, nos cotidianos das pessoas.

Isto porque é a partir da realidade da vida sob o capitalismo patriarcal que é possível denunciar as desigualdades que enfrentamos e por isso, é esta realidade que tem o potencial de despertar a consciência crítica e é, portanto, desta realidade que devem despontar tanto os conteúdos críticos a serem trabalhados, bem como os meios pelo qual estes conteúdos devem ser compartilhados, as linguagens pelas quais eles serão facilmente compreendidos bem como os elementos culturais através dos quais eles possam ser discutidos.

É esta tomada de consciência de um fragmento que seja de materialidade da vida que deve orientar a trajetória a ser percorrida para que saberes populares também sejam compreendidos como e através de fundamentos de Educação Ambiental Crítica. De forma que seja possível promover a partir da mudança de posicionamento e/ou perspectiva de quem observa, a reflexão não apenas dos conflitos imediatos dos cotidianos, mas de todas as camadas que os envolvem, sejam elas culturais, sociais, históricas, econômicas ou filosóficas. De forma que seja possível compreender que os conflitos cotidianos são demarcados por contextos mais amplos de disputa de poder, contextos locais, regionais, nacionais e globais, possibilitando, mesmo que por um instante, retirar-se dos conflitos locais imediatos para compreendê-los na trama política econômica e histórica da humanidade para que seja possível refletir filosoficamente sobre o capitalismo patriarcal, por exemplo, e como ele afeta a vida das mulheres ao defrontar-se com um caso de violência doméstica ou de forma que seja possível identificar que o motivo pelo qual odiamos segundas-feiras pouco tem a ver com o dia da semana mas sim com a exploração capitalista e a alienação do trabalho.

Buscando compreender, por exemplo, a partir do contexto histórico mundial, a que forças serviram o bolsonarismo que destruiu o Brasil nos últimos anos, intensificando brutalmente a pauperização absoluta da classe trabalhadora. Ou de forma que seja possível identificar também que as pautas ambientais são também pautas feministas, e que, por isso, as

pautas feministas não podem ser destacadas ou excluídas da Educação Ambiental Crítica, muito menos do marxismo.

Fundamentos teóricos feministas marxistas de Educação Ambiental Crítica podem ser analisados em todo e qualquer recorte de cotidiano da sociedade contemporânea, e por isso, situações cotidianas, como a apresentada na introdução desta dissertação, são um bom ponto de partida para iniciar uma investigação teórica aprofundada referente à pautas socioambientais. Estes fundamentos teóricos complexos precisam ser perpassados e analisados a partir das questões latentes da vida cotidiana para que seja possível abordá-los via Filosofia e/ou via Educação Filosófica. Contudo, recordemos que categorias teóricas críticas jamais assumirão a forma de práxis caso sejam transmitidas através de um modelo bancário de educação, ou seja, depositadas através de relações fortemente verticais e unilaterais (FREIRE, 2005).

A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de seres humanos e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feita por outros (p.34 ).

Outra reflexão proporcionada pela vivência da mediação do curso é a de que mesmo quando estes fundamentos teóricos não constituem o objeto direto do estudo, eles ainda podem ser compreendidos a partir dos atravessamentos das temáticas abordadas. Isto porque são elementos de análise da existência da sociedade, ou seja, enquanto seres sociais formos, eles estarão presentes e influentes em nossas vidas.

É na construção coletiva destes diálogos que a Educação Ambiental Crítica acontece, quando se constrói coletivamente uma trama de conhecimentos multidisciplinares que reunidos em uma área do conhecimento contrapõem opressões seja através da educação ou de outro tipo de atuação profissional. A abordagem pedagógica do Grupo de Leituras Emergentes buscou fomentar a reflexão filosófica que questiona as estruturas de poder existentes na sociedade e como elas afetam as vidas das pessoas. No cerne de uma Educação Ambiental Crítica feminista marxista deve estar o reconhecimento de que há diversas opressões sendo perpetuadas ao longo da História, e o conhecimento não pode ser neutro perante estas, mas deve ser construído coletivamente, a partir da materialidade da vida cotidiana das pessoas, ou seja, não é impessoal.

Dentre as inquietações provenientes desta experiência, destaco as relatorias que foram realizadas exclusivamente pelas mediadoras. Talvez fosse interessante que as relatorias não sejam realizadas exclusivamente por quem está mediando as discussões, mas também pelas participantes de forma a ampliar a possibilidade de compartilhamento coletivo de vivências e saberes multidisciplinares e as diversas linguagens pelas quais os conteúdos serão apresentados.

Educador e educandos, co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento. (FREIRE, 2005, p.36)

A dissertação, resultado da pesquisa, certamente reverberará seus frutos por meio de sua divulgação que pode auxiliar outras pesquisadoras a estudarem o mesmo conteúdo. Ou, por meio do curso realizado e da atuação profissional de suas participantes, ou por meio da práxis pedagógica que estes conteúdos inspiram. Projetos como o Grupo de Leituras Emergentes Silvia Federici devem permanecer sendo oferecidos no âmbito acadêmico e fora dele, contudo, reconheço como apontamento de novos aprofundamentos a necessidade de expandir os horizontes da pesquisa. De forma que seja possível criar novas formas de promover essas discussões com a comunidade enquanto uma via de mão dupla, através da qual saberes populares e saberes acadêmicos possam ser compartilhados de forma ampliada. Ou seja, de forma que seja possível transgredir limites que segregam saberes valiosos e transformadores entre acadêmicos e populares.

Sendo assim, demanda uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder (KILOMBA, 2019, p.13).

Grada Kilomba (2019) defende uma epistemologia que inclua a subjetividade para denunciar e contrapor o silêncio imposto as (os) subalternizadas (os), de forma que a não neutralidade possibilite transformar e problematizar a ordem eurocêntrica do conhecimento, onde homens acadêmicos brancos declaram suas perspectivas como condições universais.

Contudo, a classe trabalhadora não é composta exclusivamente por homens brancos, ela é diversa em sua totalidade e dela também fazem parte as mulheres, as pessoas negras, a comunidade LGBTQIAP+, as pessoas com deficiência, entre outros.

Pormenorizar estas lutas em benefício da luta classista é afirmar que a opressão que essas pessoas sofrem não são mais emergentes que a opressão que afeta o homem branco, o que, de acordo com diversas teóricas e teóricos como Silvia Federici, Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza, Vandana Shiva, Aimé Césaire, Danièle Kergoat, Cida Bento, bell hooks, Susan Ferguson, Mirla Cisne, Françoise Vergès, Lelia González, Paulo Freire, entre muitos outros, é inconcebível. Quem afirma a superioridade da luta de classes está em desacordo com as milhares de pesquisas estatísticas ou não que denunciam e confirmam essas formas de opressão.

Kilomba (2019) afirma que a Educação como a temos hoje é uma ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas/os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador. Contudo, embora a Educação seja majoritariamente orientada por princípios colonizadores, não podemos perder a esperança, ou seja, uma Educação Ambiental Crítica feminista e marxista deve ser fundamentada no princípio da transformação social, reconhecer a necessidade de rompimento com o Capital, mas também atuar nas pequenas ranhuras do sistema capitalista que possibilitam lutar por melhorias, mesmo que parciais, na vida da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica feminista e marxista nos desafia a refletir sobre as macro e microestruturas que influenciam nossas vidas, bem como a questioná-las. Ainda que a luta pela igualdade seja para além do âmbito educacional, o feminismo marxista tem muito a contribuir com a formação das pessoas no âmbito da educação. Mesmo que apenas a Educação não resolva todos os problemas, é importante que também neste âmbito possamos problematizar as contradições e tensões de forma que possamos provocar pequenas fissuras nas estruturas sociais e econômicas capitalistas educando para a libertação.

O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais — a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada — difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização (FEDERICI, 2017, p.37).

A Reprodução Social está diretamente relacionada à desigualdade social primeiramente porque as profissões de educação e cuidado são realizadas majoritariamente

por mulheres; segundo porque por vezes esse trabalho é realizado por mulheres nos lares sem remuneração, ou mesmo em instituições como escolas e hospitais com salários ínfimos e grande desvalorização profissional, terceiro porque na maioria das vezes sequer é um trabalho reconhecido na economia formal. Problematicar a reprodução Social também é promover a luta classista, todas as pautas legítimas devem ser problematizadas em pé de igualdade e somadas à luta por libertação. É por isso que a Reprodução Social deve ser reconhecida e apresentada enquanto um fundamento de Educação Ambiental Crítica.

A grande potencialidade da obra estudada coletivamente é fomentar a análise das vivências compartilhadas do ponto de vista da História das mulheres no capitalismo patriarcal (FEDERICI, 2017) e analisá-la a partir de um contexto mais amplo, ou seja, reconhecer que a vivência de uma bisavó enquanto mulher em um casamento misógino e violento pode estar diretamente associada ao controle estatal e dos homens sobre as mulheres imposto durante a ascensão do capitalismo, e, infelizmente, ainda atual.

Realizar uma leitura da “transição” a partir do ponto de vista da luta antifeudal na Idade Média nos ajuda também a reconstruir as dinâmicas sociais que subjaziam no fundo dos cercamentos ingleses e da conquista da América; nos ajudam, sobretudo, a desenterrar algumas das razões pelas quais, nos séculos xvi e xvii, o extermínio das “bruxas” e a extensão do controle estatal a qualquer aspecto da reprodução se converteram nas pedras angulares da acumulação primitiva (FEDERICI, 2017, p.25).

A experiência enquanto mediadora teve efeito formativo duplo. Ao mesmo tempo em que ia compartilhando conhecimentos ia também me aproximando dos saberes das integrantes que compartilhavam autoras, livros, filmes, poesias, artigos, séries, entre outros, que atuavam como ferramenta de aprendizagem em relação ao conteúdo do livro. Conforme o conteúdo do livro avançava, as integrantes iam compartilhando elementos de suas culturas, de seus estudos ou mesmo de seus cotidianos.

Estes elementos foram fundamentais para o andamento do curso de forma que as participantes foram aos poucos atribuindo sentido próprio aos seus processos de ensino aprendizagem e enriquecendo seus esquemas de conhecimento prévio, bem como possibilitando o surgimento de novos esquemas de conhecimento. Freire (2015) afirma que a partir de uma perspectiva libertadora de educação, pode-se dizer que a pessoa proponente da ação docente tem em suas mãos duas responsabilidades, a de buscar a reflexão sobre a práxis e as relações estabelecidas, ou seja, educar-se, além de apenas educar, ser educadora-educanda, com os participantes que são também educandas-educadoras.

Federici (2017) defende uma mudança radical e transformadora nas estruturas sociais, políticas e econômicas existentes, visto que as desigualdades, a opressão e a exploração estão profundamente enraizadas no capitalismo patriarcal, o que exige uma ruptura significativa para que ocorram melhorias significativas, a luta pelos comuns é o que a autora propõe.

Analisar a realidade de diversas mulheres a partir dos estudos da autora levou-nos à conclusão de que a esfera da reprodução é invisibilizada e naturalizada como trabalho de mulheres, e, para isso, o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação e fora do controle das mulheres.

A obra dialoga diretamente com a Educação Ambiental Crítica, não somente por conter novos conteúdos dos quais a área carece mas também por considerar a luta classista que já é objeto consolidado de estudo da Educação Ambiental Crítica, embora não de forma indissociável das outras formas de opressão. Ademais, denuncia a origem da crise socioambiental através da problematização da relação entre humanidade, natureza e sociedade.

Nas primeiras semanas, o questionamento que orientou a nossa discussão dos textos foi a pergunta: O que é Educação Ambiental? Com o passar da leitura e construídos os primeiros momentos de aprendizagem, passamos a discutir outras duas perguntas, como: Para que serve a Educação Ambiental e, principalmente, para quem serve a Educação Ambiental. Concluímos que a Educação Ambiental é uma área do conhecimento situada no vórtice entre Trabalho, Natureza e Reprodução Social, voltada para o desenvolvimento da consciência crítica sobre os conhecimentos que envolvem a interação entre humanidade e natureza. Ademais, concluímos também que a Educação Ambiental é para todos e por isso deve combater todas as formas de opressão sem hierarquizá-las por ordem de importância.

Audre Lorde (2015) explica que enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não estaremos juntos em ações políticas efetivas. Isto porque as pessoas não podem dar-se ao luxo de combater um único tipo de opressão sequer achar que estar livre da intolerância é direito de apenas um grupo específico. “Não tenho como escolher em que frente vou lutar contra essas forças discriminatórias, independente de que lado elas estejam vindo para me derrubar. E quando elas aparecerem para me derrubar, não irá demorar a que apareçam para derrubar você”(LORDE, 2015, p.2).

Para a autora é inconcebível que certa parte de sua identidade possa se beneficiar com a opressão de outra. Ela assegura que seu povo não vai se beneficiar com a opressão de qualquer outro grupo que esteja também na busca pelo direito de existir em paz. Explica que

quando negamos aos outros tudo aquilo pelo que temos derramado sangue para conquistar por nossas crianças, nos diminuimos, pois “crianças que precisam aprender que elas não têm de ser todas iguais para trabalhar umas com as outras, por um futuro que elas vão dividir” (LORDE, 2015, p.2).

Ela esclarece com maestria que não há prioridades quando a luta é anti-opressão, não podemos agir a partir exclusivamente de nossas experiências particulares, especialmente porque, não existe uma única pessoa que possa vencer o capitalismo patriarcal sozinha. É na ideia de comunidade e na política dos comuns que as pautas particulares ganham força mediante a articulação da totalidade da classe trabalhadora.

[...] As lutas das mulheres pelo trabalho reprodutivo desempenham um papel-chave na construção dessa nova alternativa. Já havia escrito em outro artigo que há algo único nesse trabalho - seja de agricultura de subsistência, seja de educação, seja de cuidados parentais - que o torna particularmente apto a criar relações sociais mais cooperativas. Produzir seres humanos ou colheitas para a nossa mesa é, de fato, uma experiência qualitativamente diferente da produção de carros, pois requer uma interação constante com processos naturais, cuja modalidade e cujo desenvolvimento não controlamos (FEDERICI, 2019, p.284)

Conforme Federici (2019), estamos começando a perceber que aqueles que lutam em campos, cozinhas e vilas de pescadores em todo o mundo podem representar os novos paradigmas na libertação da reprodução da influência corporativa para preservar nossa riqueza compartilhada. É no trabalho reprodutivo que encontramos terreno fértil em que podemos praticar nossa capacidade de autogoverno, é ele que constitui a base material de nossa vida, ele nele que encontramos as brechas pelas quais minamos o sistema internamente, isto porque no trabalho reprodutivo está o ponto zero da revolução. Precisamos chamar conceitos feministas marxistas para a centralidade dos debates da Educação Ambiental Crítica.

E, para além disso, promover espaços que possam servir como pontes para a troca de conhecimentos, espaços férteis ao diálogo que possibilitem a comunicação e a formação de comunidades de aprendizagem, buscando, desta forma, romper limites de comunicação e acesso a conteúdos que por vezes restringem-se ao domínio elitista acadêmico. De forma que a quantidade de pessoas que não conseguem compreendê-los ou acessá-los seja cada vez menor e que seja cada vez mais facilmente analisado e discutido a partir da cultura contemporânea e das formas de comunicação à ela inerentes.

Mas também de forma que seja possível à academia resgatar conhecimentos populares fundamentais às suas complexas teorias e reconhecer a diversidade da luta de classes no reconhecimento da legitimidade do trabalho reprodutivo ao reinventar-se em intercâmbio com o cotidiano da classe trabalhadora.

## **Considerações finais**

Esta dissertação buscou tecer reflexões sobre o estudo da inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza e a Educação Ambiental Crítica a partir dos fundamentos teóricos Trabalho e Reprodução Social. Além disso, propõe que estes sejam reconhecidos enquanto fundamentos feministas marxistas de Educação Ambiental Crítica de forma a contrapor a invisibilização da Reprodução Social e sua marginalização.

O objetivo específico de analisar fundamentos históricos, econômicos e sociais de Educação Ambiental Crítica nos estudos marxistas foi atingido através da escrita do capítulo um, onde a categoria Trabalho foi analisada em seu sentido ontológico (LUKÁCS, 2013) e também enquanto base de toda a atividade econômica capitalista e também como fundamento antropológico das relações econômicas e sociais.

O trabalho na sociedade capitalista rege a vida da classe trabalhadora, é ele que determina a qualidade de vida, alimentação saudável, lazer, educação de qualidade, dentre outras necessidades. Nossos sonhos e nossos desejos revelam muito sobre o mundo em que vivemos. Revelam, por vezes, aquilo que nos falta e que nos foi tirado. A árvore de dinheiro mencionada anteriormente a partir de uma brincadeira de crianças simboliza a expropriação de mais valor da classe trabalhadora, o trabalho que lhe é roubado, revela o abismo de desigualdade social que ainda é exponencial na sociedade capitalista.

O objetivo específico de analisar elementos históricos, econômicos e sociais a partir dos estudos feministas críticos e propor a partir destes, fundamentos de Educação Ambiental Crítica foi atingido no capítulo dois onde foram apresentados como as feministas marxistas compreendem o conceito de Reprodução Social e como este conceito atravessa diretamente a vida das mulheres, bem como a invisibilização e desvalorização do trabalho reprodutivo que devemos contrapor..

Trabalho e Reprodução Social constituem categorias fundamentais à Educação Ambiental Crítica. Isto porque o trabalho constitui um complexo social voltado diretamente a suprir a necessidade ontológica da manutenção da vida que é assegurada através da Reprodução da Sociedade, que está diretamente relacionada com o complexo social da Educação Ambiental, ou seja, Educação Ambiental é Reprodução Social.

O objetivo de analisar a relação entre a dominação das mulheres e da natureza foram atingidos através do capítulo dois, no qual as pautas ambientais e as pautas feministas são apresentadas enquanto pautas confluentes submetidas aos mesmos sistemas de dominação e

extrativismo. A dominação das mulheres e da natureza pelas feministas críticas são consequências dos mesmos sistemas de opressão e não são lutas indissociáveis entre si.

Por fim, o objetivo específico de refletir sobre a práxis de Educação Ambiental Crítica foi atingido através da experiência do curso e da reflexão tecida a partir dele no terceiro e último capítulo da dissertação. Através desta experiência foi discutida a situação da mulher na contemporaneidade, bem como analisada a situação das mulheres de forma intergeracional permitindo que os debates fossem relacionados aos acontecimentos históricos apresentados por Federici (2017) ampliando o conhecimento acerca das pautas socioambientais que envolvem mulheres e natureza e reconhecendo a necessidade latente da Educação Ambiental Crítica nutrir-se das teorias feministas críticas.

Como futuros apontamentos de pesquisa, cabe refletir sobre novas formas de compartilhar conteúdos críticos como estes, de forma que seja possível expandir seu alcance, ampliando os horizontes da pesquisa, através de canais de comunicação de fácil e amplo acesso, como redes sociais, de forma que os conteúdos possam ser disponibilizados posteriormente e serem assistidos a qualquer hora. A Educação Ambiental Crítica segue sendo um ótimo caminho para promover essas discussões com a comunidade, em uma via de mão dupla, através da qual saberes populares e saberes acadêmicos possam ser compartilhados de forma ampliada através da comunicação.

Em suma, a degradação ambiental e a dominação das mulheres estão intimamente entrelaçadas como consequências da coalizão entre capitalismo, patriarcado e colonialismo. Por isso os caminhos das pautas ambientais e dos movimentos feministas são confluentes. Mulheres e natureza são o sustentáculo da produção capitalista, as mulheres realizaram e ainda realizam o trabalho reprodutivo necessário para que as indústrias se mantivessem em funcionamento, o trabalho reprodutivo fornece à produção capitalista a força de trabalho humana. A natureza é a matéria bruta que transformada pela classe trabalhadora em mais valor possibilita a produção de mercadorias. Ambas, neste modelo societário são consideradas como recursos disponíveis para exploração em prol da acumulação capitalista: mercadorias.

A Reprodução Social não ocorre de forma neutra em relação ao gênero, e as atividades da Educação Ambiental desempenham um papel crucial na reprodução social, pois refletem a relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Portanto, a Educação Ambiental Crítica deve necessariamente incorporar uma análise crítica da interligação entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza.

Isso revela que o trabalho não remunerado extraído da classe trabalhadora pelo capital é muito maior do que Marx poderia imaginar: ele se estende ao trabalho doméstico, que se esperava que as mulheres realizassem, até a exploração das colônias e periferias do mundo capitalista. Há de fato, uma continuidade entre a desvalorização da reprodução da força de trabalho que ocorre dentro do lar e a desvalorização do trabalho realizado nas *plantations* implementadas pelo capitalismo nas regiões colonizadas e nos centros das áreas industriais (FEDERICI, 2022, p. 231).

A partir do exposto, confirma-se a tese defendida de que as pautas socioambientais de Educação Ambiental Crítica situam-se em um ponto de convergência entre a dominação capitalista, patriarcal e colonial. Ou seja, os diálogos tecidos entre o estudo da inter-relação entre a dominação das mulheres e da natureza e a Educação Ambiental Crítica, possibilitam ampliar o horizonte temporal (PEDRUZZI, 2019) da crítica da Educação Ambiental de forma a identificar os processos de dominação relacionados às pautas socioambientais contemporâneas..

A análise destas categorias teóricas revela que é neste lugar de intersecção entre humanidade, sociedade e natureza que se encontra a Educação Ambiental. Analisar o trabalho enquanto dimensão ontológica ineliminável da vida humana revela a trama de inter relações sociohistóricas que neste tempo produzem a Educação Ambiental. Ou seja, o trabalho está voltado diretamente a suprir a necessidade ontológica da manutenção da vida que é assegurada através da Reprodução da Sociedade, e esta está diretamente relacionada com o complexo social da Educação Ambiental (PODEWILS, 2019) que existe e resiste em um modelo societário capitalista. “A lição que aprendemos nesse processo é que não podemos mudar nossa vida cotidiana sem alterar as instituições diretas e o sistema político e econômico no qual elas estão estruturadas” (FEDERICI, 2022, p. 259).

## REFERÊNCIAS

AMALDIÇOADA. Direção: Martin Koolhoven. Produção: Els Vandevorst e Uwe Schott. [s.l.: **Brimstone**, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero**: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista Outubro, n. 23, 2015.

ASSIS, Laryssa Louzada; [s.l.]; 02 jun 2022; <https://pt.quizur.com/quiz/voce-seria-condenada-por-bruxaria-na-idade-media-OqOQ>, Acesso em: jun 2022.

ASSIS, Laryssa Louzada; PODEWILS, Tamires Lopes. **Mulheres no capitalismo**: notas para uma educação feminista. Research, Society and Development, [s. l.], v. 10, n. 7, 2021.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, São Paulo, n.32, p.100-113, jun. 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. Cnpq (org.). **Espelho do grupo de pesquisa**. 2023. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

CISNE, Mirla. Divisão sexual do trabalho na ordem “sociometabólica” do capital – uma análise necessária para a emancipação das mulheres. In: **Serviço social: uma profissão de mulheres para mulheres?**: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Recife: [s. n.], 2004.

FERGUSON, Susan. **Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction**. London: Pluto Press, 2019. p. 175.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o Mundo: Feminismo e a Política dos Comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo . **Extensão ou comunicação?**. 11ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FLISHER, Jennifer Hatten; MARTUSEWICZ, Rebecca A. Ecofeminism and Education. **Oxford Research Encyclopedias**, Oxford, 24 jan. 2018.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. 1. ed. Brasil: Perspectiva, 2019.

IPCC, 2022. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Poverty, Livelihoods and Sustainable Development. Toronto, 2022. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGII\\_Chapter08.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_Chapter08.pdf) . Acesso em: 14 jul. 2022.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antônio Malta Campos. **Novos Estudos**. Edição, 86 de Março/2010. São Paulo, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. (2014). **As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. *Ambiente & Sociedade*, 17(1), 23-40. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2014000100003&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100003&lng=en&tlng=pt). Acesso em: 02/03/23.

LESSA, Sergio. **O revolucionário e o estudo: Por que não estudamos?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Rio Grande do Sul: Unijuí Editora, 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O Complexo da Educação em Lukács: uma análise à luz das categorias Trabalho e Reprodução social. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 27, ed. 2, p. 73-94, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/XMB4cn5PgLxTt8T5VHvTRdc/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. Portal Geledés, [S. l.], p. 1-2, 29 maio 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Pandemia**. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOREL, Ana P. M. **Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde**: para além da necropolítica. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007. 258 p.

OXFAM BRASIL. **Nós e as desigualdades**: percepções sobre desigualdades no Brasil. São Paulo: Oxfam Brasil; Datafolha, 2019.

OXFAM BRASIL. **A desigualdade mata**: A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19. Oxfam Brasil; Trad: Korn Traduções, 2022.

PEDRUZZI, Alana das Neves. **Sobre presenças e ausências na Educação Ambiental Crítica**. 2019. 143 f. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

PODEWILS, Tamires Lopes. **Educação Ambiental como complexo orientador da práxis humana**: Uma análise a partir de György Lukács. 126 f. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

PPGEA. **Grupo de Leituras Emergentes Silvia Federici**. Rio Grande. 14 mai. 2022. Instagram: @ppgea\_furg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdjGe1WrcN2/>. Acesso em: 20 jan. 2023

RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, Ketilin Mayra; DUARTE, Cláudia dos Santos. **Pandemia da COVID-19 e o ensino remoto emergencial**: mudanças na prática pedagógica. Interfaces científicas, Aracaju, v. 10, ed. 1, p. 41-57, 2020. DOI 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085/4128>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, André Rocha. Revitalização para quem?: Política urbana e gentrificação no Centro de Santos. **Cad. Metrop.** São Paulo, v. 16, n. 32, p. 587-607, 2014.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism**. London: Zed books, 1993.

SILVA, Luciana Ferreira. **Educação Ambiental Crítica: entre ecoar e recriar**. São Paulo: [s. n.], 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28052009-171742/pt-br.php>. Acesso em: 6 dez. 2021.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

TREIN, Eunice. Educação Ambiental Crítica: crítica de quê? **Revista Contemporânea de Educação**. Vol.7, N.14, agosto a dezembro de 2012. Rio de Janeiro, 2012.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamile Pinheiro e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

## GLOSSÁRIO

**Acumulação capitalista:** A acumulação capitalista refere-se ao processo contínuo de busca de lucro e expansão do capital dentro do sistema capitalista atuante até os dias de hoje (NETTO; BRAZ, 2007).

**Acumulação primitiva:** A acumulação primitiva refere-se à forma originária de acumulação, ou seja, ao estágio inicial de expropriação e apropriação dos meios de produção ocorrida durante a ascensão do capitalismo onde a classe capitalista, através de um violento processo, expropriou terras a partir dos cercamentos dos espaços comunais e dos corpos e da sexualidade das mulheres em um ataque genocida, que levou milhares delas à tortura e à morte, condenadas por bruxaria e queimadas nas fogueiras (FEDERICI, 2017).

**Alienação do trabalho:** Com seus fundamentos na organização econômico-social da sociedade, na exploração, a alienação penetra o conjunto das relações sociais. Manifestando-se primariamente nas relações de trabalho (entre o trabalhador, seus instrumentos de trabalho e seus produtos), a alienação marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade – esta e seus membros movem-se numa cultura alienada que envolve a todos e a tudo: as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social (NETTO; BRAZ, 2007, P.30).

**Capitalismo patriarcal:** De acordo com Federici (2017) o capitalismo patriarcal é a interseção entre o sistema econômico capitalista e a cultura patriarcal dominante, ou seja, consiste na coalizão entre patriarcado e capitalismo, o que a autora também chama de Patriarcado do salário. É uma forma de compreender os atravessamentos tanto de classe quanto de gênero que afetam a vida das mulheres.

**Causalidade:** A causalidade pode ser definida como uma consequência natural de um determinado fenômeno, que não visa uma finalidade nem se dá a partir de uma consciência, mas que está posta na natureza (LUKÁCS, 2013).

**Classe trabalhadora:** A classe trabalhadora é formada por trabalhadoras e trabalhadores que produzem valor ou pessoas através de seu trabalho, mas que não acessam a riqueza que produzem, que é expropriada pela classe capitalista (NETTO; BRAZ, 2007).

**Exército industrial de reserva:** Representa um contingente de pessoas desempregadas, sobrantes, que podem ser manuseadas e realocadas conforme as necessidades da acumulação capitalista (NETTO; BRAZ, 2007)

**Fetichismo da mercadoria:** A essa forma fantasmagórica, a esse poder autônomo que as mercadorias parecem ter e efetivamente exercem em face dos seus produtores, Marx chamou de fetichismo da mercadoria. É no modo de produção que universaliza a lógica mercantil – isto é, no modo de produção capitalista – que o fetichismo alcança a sua máxima gradação: nas sociedades em que esse modo de produção impera, as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas (NETTO; BRAZ, 2017, p.64)

**Forças produtivas:** As forças produtivas englobam os meios de trabalho (tudo aquilo de que se vale o ser social para trabalhar, instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; os objetos do trabalho – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano; e a força de trabalho que trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades (NETTO; BRAZ, 2007, p.39).

**Mais-valia:** excedente apropriado pelo capitalista, fonte de seu lucro, produzida pela classe trabalhadora através do trabalho (NETTO; BRAZ, 2007).

**Mercadoria:** São valores de uso produzidos para a troca (NETTO;BRAZ, 2007).

**Por teleológico:** Lukács explica que as atividades humanas, a partir do trabalho como categoria fundante, desenvolvem-se a partir de pores, ou seja, desenvolvemos atividades guiadas por finalidades (PODEWILS, 2019, p.14).

**Reificação:** O fenômeno da reificação (em latim, res = coisa; reificação, pois, é sinônimo de coisificação) é peculiar às sociedades capitalistas; é mesmo possível afirmar que a reificação é a forma típica da alienação (mas não a única) engendrada no modo de produção capitalista (NETTO; BRAZ, 2007, p.64)

**Salto ontológico:** É uma negação da esfera ontológica anterior: “A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 36).

**Superpopulação relativa:** É produzida pela acumulação capitalista constantemente uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (NETTO; BRAZ, 2007, p. 93)

**Teleologia:** a teleologia é uma causalidade com finalidade posta, realizada pela capacidade humana de transformar a realidade segundo uma intenção previamente estabelecida pelo indivíduo. Ela é inerente ao trabalho, ou seja, a capacidade humana de transformar a natureza é a capacidade de agir teleologicamente para produzir causalidades postas (LUKÁCS, 2013).

**Teoria da Reprodução Social:** A Teoria da Reprodução Social considera a coalizão entre o capitalismo e o patriarcado revelando a opressão de gênero e a opressão de classe em que as mulheres se encontram e que afetam diretamente essas profissões, sejam elas realizadas em escolas, hospitais ou nos lares de forma não remunerada. A Teoria da Reprodução Social foi amplamente discutidas pelas feministas dos anos 1970 e 1980, porém em 2017, a teoria foi reativada retomando a discussão em interface com a contemporaneidade das mulheres e representada, principalmente, pela publicação da obra Teoria da reprodução social: remapeando a classe, recentralizando a opressão, organizada por Tithi Bhattacharya, contendo textos de diversas feministas sobre o assunto como: Cinzia Arruzza, Susan Ferguson, Nancy Fraser, David McNally, entre outras.

**Teoria dualista:** Algumas feministas consideram que patriarcado e capitalismo são duas coisas independentes, como as feministas radicais que afirmam que as mulheres devem voltar-se apenas ao combate do patriarcado, algumas delas inclusive possuem discursos transfóbicos e com uma ideia segregacionista de comunidade.

**Teoria unitária:** Federici (2017) analisa patriarcado e capitalismo a partir de uma teoria unitária da Reprodução Social, ou seja, ela reconhece a coalizão entre patriarcado e capitalismo e como estes sistemas atuam de forma indissociável na vida das pessoas.

**Trabalho reprodutivo:** Conforme Bhattacharya (2019) o trabalho reprodutivo refere-se ao conjunto de atividades e tarefas necessárias para reproduzir e sustentar a força de trabalho e a vida cotidiana. Esse tipo de trabalho inclui tarefas como cuidar de crianças, limpar a casa, preparar refeições, lavar roupas, cuidar de idosos, trabalhar com serviços gerais, com saúde, com educação. Ele pode ser realizado nos lares, em instituições e até mesmo em comunidades.